

COLEÇÃO
COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

TURISMO E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE VARGAS A DILMA

REINALDO MIRANDA DE SÁ TELES
VITOR STUART GABRIEL DE PIERI
FABIANA DE OLIVEIRA



EDITORA UFRR

TURISMO E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE VARGAS A DILMA

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA – UFRR

Reitor:
Jefferson Fernandes do Nascimento

Vice-Reitor:
Américo Alves de Lyra Júnior

Pró-Reitora de Ensino e Graduação:
Lucianne Braga Oliveira Vilarinho

EDITORA DA UFRR

Diretor da EDUFRR:
Cezário Paulino Bezerra de Queiroz

CONSELHO EDITORIAL

Alexander Sibajev
Edlauva Oliveira dos Santos
Cássio Sanguini Sérgio
Guido Nunes Lopes
Gustavo Vargas Cohen
Lourival Novais Neto
Luís Felipe Paes de Almeida
Marisa Barbosa Araújo Luna
Rileuda de Sena Rebouças
Silvana Túlio Fortes
Teresa Cristina Evangelista dos Anjos
Wagner da Silva Dias

Editora da Universidade Federal de Roraima
Campus do Paricarana – Av . Cap . Ene Garcez, 2413, Aeroporto - CEP .: 69.304-000. Boa Vista - RR - Brasil
Fone:+55.95.3621-3111 e-mail: editoraufrr@gmail.com

A Editora da UFRR é filiada à:

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Asociación de Editoriales Universitarias de América Latina y el Caribe

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RORAIMA - UFRR



Volume 20

TURISMO E POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: DE VARGAS A DILMA

REINALDO MIRANDA DE SÁ TELES
VITOR STUART GABRIEL DE PIERI
FABIANA DE OLIVEIRA



BOA VISTA/RR
2016

Editora da Universidade Federal de Roraima

Todos os direitos reservados.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei n. 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.



EXPEDIENTE

Revisão:
Reinaldo Miranda de Sá Telles

Capa:
Berto Batalha Machado Carvalho
Elói Martins Senhoras

Projeto Gráfico e Diagramação:
Berto Batalha Machado Carvalho
Lucas Santos Oliveira

Organizadores da Coleção
Elói Martins Senhoras
Maurício Zouein

Conselho Editorial
Charles Pennaforte
Claudete de Castro Silva Vitte
Elói Martins Senhoras
Maurício Elias Zouein
Sandra Gomes
Sônia Costa Padilha

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO-NA-PUBLICAÇÃO (CIP)

TELES, Reinaldo Miranda de Sá; PIERI, Vitor Stuart Gabriel de; OLIVEIRA, Fabiana de

Turismo e política externa brasileira: de Vargas a Dilma. Boa Vista: Editora da UFRR, 2016, 126 p.

Coleção: Comunicação e Políticas Públicas, v. 20. Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein (organizadores).

ISBN: 978-85-8288-103-3

1- Brasil. 2 - Política Externa. 3 - Relações Internacionais. 4 - Turismo.
I - Título. II - Teles, Reinaldo Miranda de Sá. III - Série

CDU – 327

FICHA CATALOGRÁFICA: BIBLIOTECA CENTRAL DA UFRR

A exatidão das informações, conceitos e opiniões são de exclusiva responsabilidade do autor.

EDITORIAL

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), criou a "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" com o objetivo de divulgar livros de caráter didático produzidos por pesquisadores da comunidade científica que tenham contribuições nas amplas áreas da comunicação social e das políticas públicas.

O selo "Coleção Comunicação & Políticas Públicas" é voltado para o fomento da produção de trabalhos intelectuais que tenham qualidade e relevância científica e didática para atender aos interesses de ensino, pesquisa e extensão da comunidade acadêmica e da sociedade como um todo.

As publicações incluídas na coleção têm o intuito de trazerem contribuições para o avanço da reflexão e da *praxis*, seja na comunicação social, seja nas políticas públicas, e para a consolidação de uma comunidade científica comprometida com a pluralidade do pensamento e com uma crescente institucionalização dos debates nestas áreas.

Concebida para oferecer um material sem custos aos universitários e ao público interessado, a coleção é editada nos formatos impresso e de livros eletrônicos a fim de propiciar a democratização do conhecimento sobre as relações internacionais *lato sensu* por meio do livre acesso e divulgação das obras.

Elói Martins Senhoras, Maurício Elias Zouein
(Organizadores da Coleção Comunicação & Políticas Públicas)

APRESENTAÇÃO

Essa obra é fruto da tese de Livre-docência "Turismo e Inserção Internacional do Brasil: um foco no Governo Lula (2003/2010)" e do trabalho final de Pós-doutorado "História do Turismo no Brasil: de Vargas a Dilma", ambos apresentados junto ao Departamento de Relações Públicas, Propaganda e Turismo da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo pelos pesquisadores Reinaldo Miranda de Sá Teles e Vitor Stuart Gabriel de Pieri, respectivamente. Vale ressaltar a importante participação da Doutoranda Fabiana de Oliveira do Programa de Integração da América Latina da Universidade de São Paulo na colaboração com o resultado final do livro.

A ideia desse estudo decorreu da prática com a docência, a pesquisa e a familiaridade com a visão acadêmica nas áreas do Turismo e das Relações Internacionais, tendo sido estimulada pela coordenação do grupo de pesquisa em Turismo Internacional do CNPq, que aborda diversos temas aderentes às áreas em questão e com a consequente realização de vários seminários, envolvendo alunos do Curso de Graduação em Turismo da ECA/USP.

A experiência acumulada a partir das discussões e dos debates levou à produção de novos conhecimentos sobre o turismo

na América Latina em geral e, especificamente, sobre o turismo no Brasil. O amadurecimento dessas ideias induziu a reflexões sobre a possibilidade de um estudo, considerando o turismo brasileiro e a inserção internacional do país, conforme as políticas dos diferentes governantes.

Para entender o panorama da política nacional de turismo implantada no Brasil, nos séculos XX e XXI, e seu rebatimento na política internacional, esta pesquisa destacou os períodos políticos marcados pelo posicionamento de cada presidente, suas ações no campo das políticas públicas especialmente, quanto às políticas de turismo. Os paradigmas da política externa adotados pelo Brasil, ao longo da historia, foram também avaliados para melhor entendimento dos diferentes graus de sua inserção internacional do país.

Portanto, esta obra tem como objetivo maior estimular discussões e propiciar reflexões sobre a interface entre as áreas de Turismo e de Relações Internacionais, especialmente no que tange às políticas públicas de turismo e à inserção internacional do Brasil ao longo dos séculos XX e XXI.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1 | 11
Conceitos e paradigmas da política externa brasileira: de Vargas a Dilma

CAPÍTULO 2 | 23
Paradigma Americanista e as políticas de turismo de Getúlio Vargas e Café Filho

CAPÍTULO 3 | 33
Turismo frente à Política Externa de Juscelino Kubitscheck e a Operação Panamericana

CAPÍTULO 4 | 43
Turismo no contexto da Política Externa Independente

CAPÍTULO 5 | 57
Turismo e Política Externa no Período da Ditadura Militar

CAPÍTULO 6 | 73
Redemocratização e Política de Turismo: Período Sarney e a transição ao neoliberalismo

CAPÍTULO 7 | 79
Turismo e neoliberalismo: de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso

CAPÍTULO 8 | 91
Turismo na agenda neodesenvolvimentista-universalista do Governo Lula

CAPÍTULO 9 | 101
Desafios da agenda do turismo no Governo Dilma: entre megaeventos e ajuste fiscal

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 109

CAPÍTULO 1

Conceitos e paradigmas da política externa brasileira: de Vargas a Dilma

CONCEITOS E PARADIGMAS DA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA: BREVES CONSIDERAÇÕES

Uma das definições possíveis para o termo política externa é o conjunto de ações e decisões tomadas por um ator, principalmente o Estado, em relação a outros atores externos (outros Estados, empresas transnacionais, organizações multilaterais, etc.), de maneira a garantir os interesses do mesmo (PINHEIRO, 2004). Levando em consideração as suas capacidades, potencialidades e a conjuntura externa, os Estados definem, então, os objetivos da política externa e a sua estratégia de inserção internacional.

O Brasil, país que se integrou ao sistema global capitalista de maneira subalterna, primeiro como colônia e, logo, como nação periférica, mantém como principal elemento a nortear sua atuação internacional a busca pela autonomia e pelo desenvolvimento econômico. As estratégias para atingir este fim, no entanto, variaram ao longo do tempo, incluindo períodos de profundo e acrítico alinhamento com a potência hegemônica a momentos de atuação independente e altiva.

As ideias e paradigmas que orientaram a política externa brasileira são basicamente divididos em Americanismo (ideológico e pragmático) e Universalismo (ou Globalismo).

O Americanismo consiste no alinhamento das condutas adotadas pela política externa brasileira aos Estados Unidos, resultado da crença na complementaridade dos interesses de ambos os países. Durante todo o século XX, as relações com os Estados Unidos foram vertente norteadora da atuação internacional brasileira, devido principalmente a importância estratégica e econômica que estas possuíam (LIMA, 2006). A aproximação se deu ainda no início dos anos 1900, quando o Barão de Rio Branco (1902-1912), então chanceler do Brasil, percebeu a mudança na correlação de forças que se desenhava no centro do sistema capitalista e que terminaria por transferir da Inglaterra aos Estados Unidos o papel de principal potência hegemônica. O Barão esteve cercado por nomes como os de Rui Barbosa e Joaquim Nabuco, os quais possuíam afinidade com a conduta estadunidense e que percebiam, por meio de uma visão realista, a ascensão de um novo eixo de poder geopolítico e geoeconômico, que se deslocava da Europa para os Estados Unidos. A partir de então, o grau de intensidade manifestado por esse alinhamento oscilou entre uma aproximação pragmática - na qual, em uma situação de conflito

entre os interesses nacionais e os estadunidenses, prevaleceriam os interesses nacionais – e uma aproximação ideológica – cujo espírito pode ser traduzido pela frase que o embaixador Juracy Magalhães teria usado para explicitar sua admiração pelo país norte-americano: "o que é bom para os Estados Unidos, é bom para o Brasil".

> A aproximação em Rio Branco, a manutenção dos princípios da política externa pelos seus sucessores, embora sem a mesma maestria do Barão, o pragmatismo durante a Era Vargas, o alinhamento automático em Dutra, Café Filho e parte do governo JK denotam a importância da consolidação dos Estados Unidos como eixo fundamental da política exterior brasileira, consolidando, portanto, a aproximação realizada no inicio do século pelo Barão (LIMA, 2006, p.15).

O Universalismo, por sua vez, surge como paradigma hegemônico no Brasil a partir da segunda metade do governo de Juscelino Kubitschek, em 1959, quando o esgotamento do modelo de desenvolvimento dependente dos financiamentos diretos oferecidos pelo governo estadunidense se fez evidente. Neste momento, as bases ideológicas que caracterizavam o americanismo – o ocidentalismo, o anticomunismo e a relutância em apoiar as demandas terceiro-mundistas – foram, em grande medida, repensadas e flexibilizadas. A consequente deterioração

das relações com os Estados Unidos levaram o Brasil a buscar a diversificação de seus parceiros, tendência que marcou um período durante o qual o país se aproximou de seus vizinhos latino-americanos, dos novos Estados que surgiam na África com o progressivo fim do colonialismo europeu e, inclusive, de países simpáticos ou pertencentes ao bloco soviético.

> O Brasil se encontra em situação especialmente favorável para servir de elo ou traço de união entre o mundo afro-asiático e as grandes potências ocidentais. Povo democrático e cristão, cuja cultura latina se enriqueceu com a presença de influências autóctones, africanas e asiáticas, somos etnicamente mestiços e culturalmente mesclados de elementos provenientes das imensas áreas geográficas e demográficas que neste século desabrocham para a vida internacional. [...] Portanto, o exercício legítimo da nossa soberania nos levará, na política internacional, a apoiar sinceramente os esforços do mundo afro-asiático pela democracia e a liberdade, através de apoio às formas de pressão contra o princípio da livre determinação dos povos, do esforço, enfim, pelo progresso das áreas e povos economicamente subdesenvolvidos (FRANCO, 2007).

Assim, a nova visão universalizante que ganhava a política externa brasileira derivava da compreensão de que a estreita aliança com os Estados Unidos não era o suficiente para garantir

os interesses brasileiros, assim como da necessidade de buscar novos parceiros comerciais para o Brasil.

No campo da estratégia de desenvolvimento econômico, os paradigmas que traduziram os interesses por detrás da busca de dito desenvolvimento foram o Desenvolvimentismo, o Neoliberalismo e o Neodesenvolvimentismo.

O paradigma desenvolvimentista desponta no Brasil e na América Latina, de uma forma geral, a partir da depressão de 1930 e da consequente limitação para importação sofrida por toda a região. O retorno do protecionismo gerado pela crise nos países centrais criou as condições necessárias para que os países latino-americanos – principalmente Brasil, Argentina e México – apresentassem um considerável dinamismo econômico e impulsassem a sua modernização e desenvolvimento.

> As condições para a gênese de novo paradigma de relações internacionais estavam assentadas. Os dirigentes rompem com a diplomacia da agroexportação e conferem nova funcionalidade ao Estado, contando com o apoio do pensamento diplomático, da imprensa e da opinião pública. [...] Traços comuns a diversos países da região fornecem os componentes teóricos do novo modelo de inserção internacional: a) introduzir a diplomacia econômica nas negociações externas; b) promover a indústria por modo a satisfazer às demandas da sociedade; c) transitar da subserviência à autonomia decisória com o fim de realizar ganhos recíprocos nas relações

> internacionais; d) implementar projeto nacional de desenvolvimento assertivo tendo em vista superar desigualdades entre nações; e) cimentar o todo pelo nacionalismo econômico, imitando a conduta das grandes potências (CERVO, 2003, p. 12).

O contexto internacional do período entre-guerras e da Segunda Guerra Mundial, por sua vez, garantiu a manutenção de um ambiente propício para a expansão industrial através da substituição de importações no Brasil. Ainda segundo Cervo (idem), os homens de Estado que mais sofreram influência da ideologia desenvolvimentista foram Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel, enquanto que as principais contribuições intelectuais vieram por parte de Celso Furtado, Raúl Prebisch, Aldo Ferrer, Roberto Lavagna, Ruy Mauro Marini, Raúl Bernal-Meza, Mario Rapoport, Theotonio dos Santos e Osvaldo Sunkel e sua principal expressão institucional foi a Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL).

O paradigma neoliberal surgiu na América Latina ainda na década de 1970, mas ganhou força nos anos 1990, quando a crença no mercado como impulsor do desenvolvimento, em substituição ao falido Estado, ganhou hegemonia. Desta maneira, "Em poucos anos, a América Latina avançou no caminho da desconstrução do núcleo central robusto de sua economia, erguido em sessenta anos de esforços nacionais (CERVO, 2000, p.7)".

O que caracterizou o neoliberalismo foi a implementação de um conjunto de medidas, conhecidas como Consenso de Washington e que eram consideradas unanimidade entre os principais economistas dos países centrais e dos organismos financeiros internacionais, que prometiam a consolidação da estabilidade macroeconômica. Esta era tida como necessária para o aumento da confiança por parte dos investidores estrangeiros na economia nacional, de maneira a atrair o capital externo, modernizando e fomentando o crescimento da economia. As reformas consistiam em, dentre outras coisas, disciplina fiscal para a eliminação dos déficits gerados pelo endividamento do Estado; reordenação das prioridades dos gastos públicos, limitando bruscamente os recursos destinados à promoção do bem-estar da população; reforma tributária e liberalização da taxa de juros, assim como a abertura do mercado nacional, as privatizações e a desregulação de qualquer obstáculo que pudesse obstruir a entrada ou saída do capital estrangeiro (WILLIAMSON, 2015).

O neodesenvolvimentismo, por sua vez, é definido por Boito (2012) como uma frente política que se formou no Brasil a partir do início do século XXI, que foi a base heterogênea de sustentação da política levada a cabo por Luiz Inácio Lula da Silva – e, posteriormente, em seu primeiro mandato, por sua sucessora

Dilma Rousseff – de crescimento econômico baseado na distribuição de renda. Durante este período, o Estado recuperou o papel protagônico como propulsor do desenvolvimento e da modernização econômica. Segundo o mesmo autor,

> O capitalismo brasileiro mudou e a estrutura de classes se transformou muito. Hoje, os assalariados urbanos são, no setor privado, um contingente com longa experiência de luta sindical e, no setor público, trabalhadores, em grande parte, concursados, e, por isso, com maior capacidade de pressão. [...] As empresas brasileiras, por sua vez, estão mais integradas ao capitalismo internacional do que as empresas industriais e de serviços da época de Vargas. O apelo nacionalista não encontra hoje, junto à classe dominante, a mesma audiência que encontrou no passado. Entretanto, tanto no período populista e desenvolvimentista quanto hoje constatamos a existência de uma frente ampla, policlassista e, de certo modo instável, como base de sustentação da política de desenvolvimento e, embora o populismo e o nacionalismo não tenham a importância que tiveram no passado, eles também estão presentes na frente política que se formou no século XXI (BOITO, 2012).

O neodesenvolvimentismo surgiu no Brasil como resultado do fracasso da experiência neoliberal instaurada nos anos 1990, uma vez que o aumento do desemprego, da pobreza e da indigência, assim como os limitados resultados econômicos, levaram o país a uma grave crise social. Em grande parte da

América Latina, os governos neoliberais foram, então, considerados, pela opinião pública, culpados pelos malogros econômicos e sociais e substituídos por figuras políticas que defendiam projetos progressistas de desenvolvimento.

> [...] percebiam os dirigentes brasileiros que seus colegas do centro não procediam do mesmo modo, ou seja, não aplicavam em sua gestão pública os preceitos que passavam à periferia latino-americana. O intrigante exemplo de comportamento político, observado tanto nas decisões internas quanto nos foros multilaterais onde se construía o ordenamento econômico global, levantava dúvidas quanto ao acerto de se aplicar as instruções neoliberais. Porque não imitar aquele tipo de comportamento dos poderosos? (CERVO, 2003, p.20).

Segundo Cervo (idem), o neodesenvolvimentismo - por ele chamado de "paradigma do Estado logístico" – admite a manutenção do país na ordem do sistema capitalista global, mas planteia a recuperação da autonomia nacional e a superação da assimetria entre as nações.

CAPÍTULO 2

Paradigma Americanista e as políticas de turismo de Getúlio Vargas e Café Filho

PARADIGMA AMERICANISTA E AS POLÍTICAS DE TURISMO DE GETÚLIO VARGAS E CAFÉ FILHO

A Era Vargas é conhecida como um momento de grande euforia na política e economia brasileira. Nasce de uma revolução que marcou o fim do domínio de grandes ruralistas que impunham os interesses locais e regionais acima dos nacionais. O processo iniciado com a Revolução de 1930 esteve caracterizado por transformações econômicas e sociais que resultaram em uma nova percepção acerca dos interesses tidos como nacionais. A modernização impulsada pela produção do café, baseada no trabalho assalariado, a industrialização e urbanização foram algumas das mudanças observadas no período, assim como o fortalecimento do fluxo de imigração de origem europeia, regulado pelo Decreto 24.258.

No campo da política externa, seus formuladores buscaram formas de barganha e de cooperação, de maneira a atender os agora tão diversificados interesses que os mais distintos segmentos da sociedade apresentavam. A atuação internacional brasileira passou a orientar-se, então, por um grau maior de pragmatismo e a política externa passou a ser entendida como real ferramenta do

projeto de industrialização e de desenvolvimento nacional (CERVO & BUENO, 2002).

O Brasil apresentou, ao mesmo tempo, maior interesse pelos temas regionais e, sem abandonar o pan-americanismo, passou a adotar uma postura conciliatória com os vizinhos latino-americanos. Desta maneira, o país atuou como mediador das tensões entre Peru e Uruguai, assim como do conflito entre Peru e Colômbia pelo território de Letícia e da Bolívia e Paraguai pela região do Chaco. Com a Argentina, as tensões derivadas da rivalidade militar foram atenuadas a partir da chegada de Vargas ao poder, passando a apresentar, inclusive, considerável grau de entendimento nos aspectos diplomáticos e comerciais, o que também se expressou no campo do turismo, a partir do Decreto n. 24.393/34.

Já o Estado Novo (1937-1945), no que tange à Política Externa, esteve, então, marcado pela política de equidistância pragmática (MOURA, 2012) e foi o período em que o Brasil mantinha um alinhamento superficial com as duas potências da época, EUA e a emergente Alemanha, de modo que a política de barganha, tradicional no cenário internacional, era amplamente aplicada para se conseguir ganhos para o país.

> Na historiografia é de certo modo consensual que o Brasil fez "jogo duplo" em relação aos Estados Unidos e à Alemanha, no período que antecede à Segunda Guerra, com a finalidade de barganhar. Tal jogo fora-lhe facilitado pela crescente participação alemã no comércio exterior brasileiro no período de 1934 a 1938, concomitantemente com o declínio da presença tanto norte-americana quanto inglesa nas compras e vendas do país (CERVO & BUENO, 2002, p.234).

Alguns exemplos destes ganhos se deram no reequipamento das Forças Armadas e na própria construção da Companhia Siderúrgica Nacional. O contexto internacional a partir de 1939 passou a ser de conflito armado mundial e o objetivo de Vargas claramente foi iniciar um processo de industrialização do país a partir de uma perspectiva desenvolvimentista. Porém, com a Segunda Guerra Mundial (1939-1945), o governo foi obrigado a tomar uma posição, ficando do lado dos Estados Unidos. A decisão brasileira de reafirmar seu alinhamento aos Estados Unidos em detrimento da potência nazista – que, neste momento, já apresentava claros sinais de que seria derrotada no grande conflito mundial. Segundo Cervo e Bueno (2002), a opção brasileira pela manutenção do americanismo em sua vertente pragmática também se deveu à consciência, por parte dos formuladores de política externa, de que a Alemanha ainda não

apresentava as condições objetivas de atender às demandas do Brasil, ainda que o advento do Estado Novo tivesse criado certo nível de identidade ideológica com Berlim.

O que se revelou a partir dos anos 1944 e 1945, foi que a capacidade do Brasil de transformar a "aliança especial" com os Estados Unidos em uma fonte de concessões econômicas e militares e de prestígio externo chegara ao seu ponto limite. Os Estados Unidos haviam se transformado, então, numa potência hegemônica mundial cujas preocupações estratégicas se voltavam para a Ásia e a Europa, relegando a América Latina a um plano secundário.

Cabe mencionar, portanto, que a década de 30 foi um período de intensa movimentação e mudanças de ordem política, o Estado buscou atribuir ao esporte a função de catalisador da formação de um novo Brasil, dessa maneira, utilizou-se dele, e principalmente do futebol, para divulgar e implementar sua política nacionalista.

Com relação ao fomento do turismo, às vésperas da Copa do Mundo FIFA de 1938, realizada no Uruguai, foram assinados diversos convênios com o país-sede e dentre eles, o que diz respeito ao fomento do turismo entre as duas nações (Decreto n. 1.846) mostra o interesse varguista em fortalecer a economia

através das relações econômicas com os outros países. Assim, o convênio se coloca como num contexto nacional em que a atividade turística passa a ter um reconhecimento pelo poder público, o que se observa a partir da análise de uma série de decretos então promulgados (Decreto n. 406 e Decreto n.15.097).

Nos anos de 1938-39, foi criado, como parte do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), a Divisão de Turismo, que, em uma lógica de apoio ao presidente Vargas, foi idealizada juntamente ao SIPS (Serviço de Inquéritos Políticos e Sociais). O DIP realizava um trabalho necessário para o avanço do setor no Brasil, como podemos observar no trecho da revista Cultura e Política de novembro de 1942:

> [...] iniciou a filmagem de ***shorts*** destinados à propaganda turística do Brasil no exterior. O mesmo pode dizer-se da Secção de Turismo, que se incumbia de receber e assistir os visitantes estrangeiros, facilitando-lhes o acesso por meio de vistosos cartazes e folhetos com informações detalhadas sobre os pontos mais atraentes do país, fazia a propaganda externa, com o propósito de melhor atraí-los à nossa terra[1].

[1]Cultura Política. Revista Mensal de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa e Propaganda - DIP. Ano II, n. 21, 10 de novembro de 1942, p. 172.

Entretanto, o DIP fechou suas portas em 1945 e, com isso, suspenderam-se os esforços de promoção turística internacional no Brasil, fato ainda mais negativo quando se recorda que o contexto de encerramento da Segunda Guerra Mundial permitia a retomada dos fluxos de turismo internacional.

O período conhecido como de "alinhamento sem recompensas" (MOURA, 1990) diz respeito à política externa do Governo Dutra e sua fracassada política de alinhamento incondicional junto aos Estados Unidos. O novo contexto internacional, de Guerra Fria, dividia o mundo em duas áreas de influência e à América Latina lhe correspondia integrar o bloco ocidentalista/ capitalista. As expectativas de Eurico Gaspar Dutra consistiam basicamente na constituição de uma espécie de "relação especial" com os Estados Unidos, sendo o Brasil elevado à condição de parceiro privilegiado e destino natural para os investimentos estadunidenses como recompensa pela lealdade ao pan-americanismo.

Algumas das atitudes de Dutra explicitam o americanismo ideológico de sua política externa, tais como, o rompimento de relações diplomáticas com a União Soviética e a visita do presidente Dutra aos Estados Unidos (a primeira visita oficial de um presidente brasileiro a este país). No plano militar, Dutra não

vacilou em assinar o Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), acordo que atrelava a América Latina aos interesses geopolíticos estadunidenses, sem que qualquer tipo de barganha pelo lado brasileiro fosse realizada.

O governo Dutra estava convencido da ligação especial do Brasil com o mundo ocidental e estava certo de que a melhor maneira de se enfrentar um novo conflito global era compor um alinhamento estreito com a política estadunidense. Os planejadores brasileiros esperavam que um alinhamento com os Estados Unidos conferisse uma série de vantagens especiais. A mais importante seria uma posição militar única na América do Sul e o protagonismo político que isto lhe daria. A segunda seria uma participação clara em diálogos sobre a paz e o estabelecimento da nova ordem internacional pós-guerra. Em termos práticos, esta política preconizava que o Brasil deveria seguir a política externa estadunidense, aguardando pelas recompensas por tal alinhamento, expectativa que terminou por não concretizar-se.

> Brasil e Estados Unidos tinham concepções diferentes sobre a cooperação para o desenvolvimento. Enquanto o Rio de Janeiro insistia no caráter político da ajuda, Washington, além de outras divergências, entendia que programas de desenvolvimento eram assuntos para serem tratados pelo Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). (CERVO & BUENO, 2002, p.270).

A posição do Brasil com relação ao alinhamento subordinado aos Estados Unidos estava permanentemente justificada nas formulações das políticas econômicas e de segurança internacional implementadas pelo Brasil. Os recursos de barganha haviam sido drasticamente reduzidos e o Governo brasileiro não tinha mais meios para extrair benefícios especiais de seu alinhamento com os Estados Unidos, país cujos interesses estavam voltados para a Europa e Ásia, no contexto do surgimento da Guerra Fria.

No âmbito das políticas de fomento ao turismo, foram poucos os avanços observados durante o governo Dutra. O principal decreto promulgado no período foi o de n.16, de 1949, e que aprovava um convênio estabelecido com o vizinho Uruguai.

O retorno de Vargas à Presidência da República, desta vez através do voto direto, se deu em um cenário interno de aguda polarização. A sociedade brasileira encontrava-se fortemente dividida entre o que se classificava como “entreguismo” e “nacionalismo”, termos usados, respectivamente, em referência aos defensores de que se liberalizasse e desregulamentasse a entrada de capital estrangeiro e os que defendiam a limitação das liberdades garantidas ao mesmo. O debate interno era ainda mais intenso no que dizia respeito às condições em que deveriam ser

explorados os recursos petrolíferos do país (CERVO & BUENO, 2002).

A política externa de Vargas neste novo período consistiu, basicamente, em uma adaptação do paradigma americanista ao nacional-desenvolvimentismo, implicando, necessariamente, na recuperação da barganha como ferramenta estratégica. Assim, buscava-se negociar o apoio político brasileiro em troca de favores que possibilitariam o desenvolvimento econômico do país (PINHEIRO, 2004).

A estratégia varguista, no entanto, não logrou repetir os resultados exitosos de seu primeiro governo. O contexto internacional que caracterizava a primeira metade da década de 1950, de flexibilização do conflito leste-oeste, já não se mostrava propício para a política de barganha e as relações entre Brasil e Estados Unidos apresentavam sinais de esfriamento. Ao demandar a ajuda econômica necessária para a promoção de um novo ciclo de industrialização, o Brasil esbarrou em uma maior dificuldade para acessar o financiamento de tipo "Estado a Estado", sendo orientado pelos aliados estadunidenses a buscar os recursos financeiros através de investimentos privados.

O suicídio de Vargas levou ao poder seu vice, João Café Filho, cujo curto mandato esteve marcado pela presença de uma

clara simpatia ao capital estrangeiro, o que, por sua vez, implicava em melhora nas relações com os Estados (CERVO & BUENO, 2002).

> Tanto é assim que, tão logo inaugurou-se o novo governo, o ministro da Fazenda, Eugênio Gudin, visitou aquele país e lá negociou um empréstimo de 200 milhões de dólares de bancos americanos. Continuava a prevalecer na administração norte-americana a concepção de que os países carentes de financiamento para o desenvolvimento deveriam busca-lo na iniciativa privada (CERVO & BUENO, 2002, p.284).

Por fim, no que concerne à política nacional de turismo, pouco se avançou no período compreendido pelos governos de Vargas e Café Filho, pois apenas dois decretos que versavam sobre a temática foram promulgados, ambos prevendo cooperação com o Chile.

CAPÍTULO 3

Turismo frente à Política Externa de Juscelino Kubitscheck e a Operação Panamericana

TURISMO FRENTE À POLÍTICA EXTERNA DE JUSCELINO KUBITSCHECK E A OPERAÇÃO PANAMERICANA

Entre os anos de 1955 e 1956, na gestão de Juscelino Kubitschek, houve uma relativa melhora nas relações comerciais com os Estados Unidos. O mais importante, no entanto, foi o acordo de cooperação firmado entre ambos os países no âmbito da energia atômica, que incluía pesquisas bilaterais para a utilização de caráter pacífico, por parte do Brasil, da energia nuclear. Internamente, tal acordo foi entendido por importante parcela da sociedade como sendo contrário aos interesses e à soberania nacional.

A primeira fase da política externa de JK esteve marcada ainda pelo paradigma americanista e o consequente alinhamento automático aos Estados Unidos.

A Operação Pan-Americana (OPA), portanto é a principal iniciativa diplomática do governo de Juscelino, pois consistia em uma proposta multilateral latino-americana que impulsava uma revisão das relações interamericanas (PINHEIRO, 2004).

> Na prática, a OPA visava estimular o aumento de aporte de recursos públicos norte-americanos para os projetos de desenvolvimento dos países latino-

> americanos com base em uma nova e interessante estratégia: invertendo a lógica da política externa norte-americana característica da Guerra Fria que percebia o comunismo como fonte de ameaça à segurança e à estabilidade política dos países ocidentais, a OPA propugnava ser esta ameaça uma consequência dos problemas sociais cuja causa profunda residia no subdesenvolvimento e na miséria, estes sim estímulos para a proliferação do ideário comunista (PINHEIRO, p.32).

Segundo Cervo e Bueno (2002), o contexto regional era de forte antiamericanismo, de nacionalismo e de hegemonia da orientação desenvolvimentista na condução das relações internacionais. As relações com os Estados Unidos, por sua vez, apresentavam sinais de deterioração por todo o subcontinente. A criação da OPA foi, então, uma resposta no sentido de minimizar as tensões que começavam a surgir no âmbito regional.

A iniciativa, no entanto, terminou por frustrar aos seus entusiastas, por não apresentar resultados concretos no sentido de impulsar o desenvolvimento das economias latino-americanas. A criação do Banco Interamericano de Desenvolvido (BID) e o aumento da assistência técnica por parte dos Estados Unidos foram algumas das poucas ideias que efetivamente se concretizaram (PINHEIRO, 2004). A Aliança para o Progresso, levada a cabo pelo presidente John Kennedy, também foi uma resposta, ainda

que tardia, às demandas latino-americanas e que surgiu já no contexto da Revolução Cubana e do anúncio de seu caráter socialista, trazendo o conflito Leste-Oeste para a América Latina (CERVO & BUENO, 2002).

Frente ao malogro da OPA, o projeto desenvolvimentista de Juscelino passou a prever o investimento privado estrangeiro como principal colaborador, levando a cabo uma política que visava a atração do mesmo e que foi favorecida pelo ambiente internacional. Ao mesmo tempo, uma política de defesa dos preços do café e de abertura de novos mercados para a *commodity* foi levada a cabo. Para tanto, a política externa de JK entrou em uma nova fase, a partir da qual o paradigma americanista é flexibilizado e os primeiros sinais do universalismo se fazem presentes.

Já a partir de 1958, a política externa seria orientada a partir do alargamento da agenda internacional, que se voltava para a Ásia, África, e Oriente Médio, sem, no entanto, implicar em maior envolvimento com as questões colonialistas. Ainda assim, o Brasil reconhecia a importância que ganhava o continente africano, principalmente no que diz respeito às teses relativas ao desenvolvimento econômico que os novos países tentavam discutir no âmbito dos organismos internacionais (CERVO & BUENO, 2002).

A tendência universalista se explicitava também através da assinatura do Tratado de Montevidéu, em 1960, que implementou a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC), além da assinatura de Atos Internacionais com o Egito, Síria, Irã e com a inserção do Brasil nos estudos sobre o desenvolvimentismo, no contexto do surgimento da CEPAL. A possibilidade de reatar as relações diplomáticas com a União Soviética, interrompidas desde 1947, voltou a ser discutida. As bases do que viria a caracterizar a Política Externa Independente, a partir do governo de Jânio Quadros, remontam, então, aos esforços de diversificação de parceiras e ao projeto desenvolvimentista de JK.

Durante seu mandato, de 1956 a 1961, Juscelino Kubitschek elaborou alguns acordos internacionais que influenciaram, devido à sua própria natureza e conteúdo, o turismo nacional brasileiro. Os decretos dizem respeito a um favorecimento e incentivo de tráfego de turistas e trabalhadores entre Brasil e Paraguai, bem como o incentivo ao intercâmbio cultural entre Brasil e Uruguai e Brasil e Bolívia, sendo estas medidas tomadas para estreitar as relações entre esses países com o Brasil e, assim, fortalecer a parceria entre os mesmos. Ademais, com estes decretos, seria possível também impulsionar o turismo na América Latina, permitindo não apenas que houvesse um maior

conhecimento sobre a cultura e costumes dos países vizinhos, como também que se injetassem e distribuíssem os recursos entre eles. Os recursos produzidos pelo turismo regional poderiam, então, colaborar com o desenvolvimento dos países latino-americanos. Em suma, os decretos reafirmam e comprovam a vontade e empenho do Brasil em fortificar a Operação Pan-Americana, mantendo assim uma política externa multilateral e, principalmente, hemisférica.

Já em relação aos acordos que promovem um intercâmbio cultural entre Brasil-Irã e Brasil-Israel, estes podem ser interpretados como uma forma de lograr o estreitamento das relações com novos parceiros, ampliando o leque de possibilidades de acordos internacionais. Além disso, se faz necessário pontuar alguns aspectos importantes sobre o Estado do Irã no que diz respeito ao momento em que foi assinado o decreto. O Irã se encontra em uma posição extremamente estratégica, tanto em relação ao o Oriente Médio, como perante as outras regiões próximas. Sua importância é dada não só pelo seu aparato militar, mas também por possuir características militares, estratégicas e econômicas que lhe conferem um perfil de potência regional. Além desses aspectos, deve-se ressaltar que o Irã possui uma das maiores reservas de petróleo e de gás natural do mundo, fato este

que interessava ao Brasil, visto que vivia um momento de forte incentivo à produção de automóveis.

Com suas novas parcerias no chamado Terceiro Mundo, o Brasil se tornava um articulador de acordos de colaboração entre estes países, e passando a atuar como uma “potência regional”.

CAPÍTULO 4

Turismo no contexto da Política Externa Independente

TURISMO NO CONTEXTO DA POLÍTICA EXTERNA INDEPENDENTE

A Política Externa Independente (PEI) (DANTAS, 2011), assumidamente universalista, foi iniciada no governo de Jânio Quadros – compreendendo também o período em que seu vice, João Goulart, assumiu a presidência - e esteve baseada em alguns preceitos, tais como o reconhecimento da divisão do mundo entre Norte-Sul, a ampliação do mercado externo a partir de uma inserção internacional Sul-Sul, a autodeterminação dos povos e a superação do subdesenvolvimento a partir de uma nova ordem econômica mundial.

Segundo Cervo e Bueno (2002), a PEI difere do que havia sido implementado durante a gestão de Juscelino por seu caráter mais pragmático. Enquanto JK priorizava o contexto hemisférico, adotando uma visão universal, mas mantendo o regional como prioridade de sua política externa, a PEI buscava os interesses nacionais sem preconceitos ideológicos.

> A PEI, calcada no nacionalismo, não só ampliou a política de JK em termos de geografia, como também enfatizou as relações Norte-Sul. O nacionalismo, aliás, foi elemento importante na campanha presidencial de 1960 e, nestas, as posições de Jânio

> em matéria de política exterior aglutinavam as principais tendências políticas nacionais (CERVO & BUENO, 2002, p.310).

A crise do sistema interamericano, gerada pela integração de Cuba à área de influência soviética, garantiu à Jânio um maior grau de liberdade na condução de sua política externa, utilizando de uma estratégia sem compromissos e que buscava obter vantagens tanto do bloco capitalista quanto do soviético. O contexto internacional, por sua vez, era de descolonização dos continentes asiático e africano e de agudização das tensões Leste-Oeste, enquanto que, internamente, a polarização se acentuava.

A primeira fase da PEI esteve marcada pela ambiguidade, neutralismo e aproximação com relação ao movimento dos não alinhados. Isto porque, no plano interno, a política levada a cabo por Jânio apresentava uma tendência conservadora e de repressão aos grupos organizados de esquerda. Ao mesmo tempo, no plano internacional, a PEI representava uma espécie de subversão, pois Jânio não apenas optara por reaproximar-se da China e da União Soviética, como também condecorara ao Ernesto Che Guevara e se aproximava efetivamente das novas nações africanas, em detrimento da política colonialista portuguesa. A segunda etapa da PEI, por sua vez, esteve marcada pelos 3D's: desenvolvimento,

desarmamento e descolonização. A terceira etapa, enquanto isso, esteve caracterizada por uma maior participação no Movimento dos Não-Alinhados, em especial do G77, e pelo discurso na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD).

> A título de síntese, alinham-se como fundamentos da PEI: mundialização das relações internacionais do Brasil, isto é, não circunscreve-las às Américas e à Europa Ocidental; atuação isenta de compromissos ideológicos, não obstante a afirmação de que o Brasil faz parte do Ocidente; ênfase na bissegmentação do mundo entre Norte e Sul, e não Leste-Oeste; busca de ampliação das relações internacionais do Brasil com objetivos comerciais, o que explica a procura da Europa Oriental e do Oriente; desejo de participação nas decisões internacionais; luta pelo desenvolvimento, pela paz e pelo desarmamento; adoção de posição claramente contrária à realização de experiências nucleares; adoção dos princípios da autodeterminação dos povos e da não-intervenção; e, complementariamente, a aproximação com a Argentina em nível mais elevado do que então já se encontrava. A retórica da solidariedade, da cooperação para o desenvolvimento, a ampliação do mercado pelas associações aduaneiras e o desejo de unir esforços para que ambos os países adquirissem maior participação nos assuntos internacionais aparecem nos discursos e comunicados conjuntos (CERVO & BUENO, 2002, p.311-312).

Os esforços no sentido de diversificar as parcerias e de ampliar os mercados para as exportações brasileiras apresentaram

importantes resultados naquele momento. Cervo e Bueno (2002), ao citarem dados de Dias Carneiro, afirmam que as exportações destinadas aos países socialistas da Europa Oriental passaram de 41,1 milhões de dólares, em 1958, para 87,3 milhões em 1961.

Tais interesses comerciais justificaram a abertura de novas representações diplomáticas nos países desta região, tais como na Bulgária e Albânia, e, inclusive, devido ao reestabelecimento das relações diplomáticas com a Hungria e a Romênia. Com relação à União Soviética e à China, o Brasil não apenas reestabeleceu relações de caráter comerciais (sem, no entanto, reabrir suas embaixadas nestes países), como Jânio Quadros havia aceitado o convite do presidente soviético Nikita Krushev para visitar o país e enviara seu vice, João Goulart, a uma visita oficial à China.

Quanto às relações com as nações africanas, por sua vez, o Brasil ansiava por tornar-se uma espécie de elo entre o continente e o mundo Ocidental, ao mesmo tempo em que a penetração dos produtos brasileiros na região se dava com considerável intensidade. A política externa brasileira para a África foi, no entanto, bastante ambígua devido à insistência do Brasil em abster-se nas votações da ONU que diziam respeito às questões angolana e argelina.

> Na linha anticolonialista do Brasil houve pequenos desvios de atitude apenas pelo desejo de dar a nações tradicionalmente amigas do nosso país oportunidades para que definissem, por movimento próprio, uma posição evolutiva em relação a territórios não autônomos confinados à sua administração. Esses desvios foram, porém, superados e retificados na XVI Assembleia Geral das Nações Unidas, em que a delegação brasileira firmou, pela voz do Embaixador Afonso Arinos, o ponto de vista do Brasil (DANTAS, 2011, p.16).

Com os Estados Unidos, por sua vez, as relações apresentavam considerável grau de pragmatismo. A irrupção da Revolução Cubana levara o país a anunciar a chamada Aliança para o Progresso - uma resposta tardia às demandas de JK por maior assistência econômica aos países da região, de maneira a combater o subdesenvolvimento e o "fantasma" do socialismo - ademais de facilitar o acesso ao crédito estadunidense.

A ausência do alinhamento incondicional fez com que o Brasil, em uma série de situações, se posicionasse de maneira que os Estados Unidos entendiam contrárias aos seus interesses. Exemplo disso foi a atuação brasileira na Conferência de Punta del Este, de 1962, quando se discutiu a suspensão de Cuba dos espaços decisórios do hemisfério americano, em especial na Organização dos Estados Americanos (OEA).

> Nesse intricado jogo de interesses que dividiu as repúblicas americanas, teve destaque a posição brasileira. A delegação, liderada por Francisco Clementino de San Tiago Dantas, opôs-se às sanções contra Cuba e, junto com Argentina, México, Chile, Bolívia e Equador, absteve-se da resolução que suspendia o governo cubano da OEA. San Tiago Dantas tornou-se uma das principais figuras da reunião, defendendo firmemente a inoperância e ilegalidade de sanções, cujo resultado (na visão de San Tiago), seria a consolidação da influência soviética (NETO, 2005, p.130).

No que diz respeito à América Latina, a região permaneceu como centro das atenções da política externa brasileira, uma vez que havia a possibilidade de incremento das exportações para os países vizinhos. Em razão disso, o Brasil deu grande apoio à criação da ALALC, nascida a partir do Tratado de Montevidéu (DANTAS, 2011). A integração econômica no âmbito da ALALC era tida como sendo de enorme importância por criar um mercado natural para o qual se poderiam escoar as manufaturas que período de substituição de importações permitira ao Brasil produzir.

Por fim, dentro da curta passagem de Jânio Quadros pelo poder, Cervo e Bueno (2002) recordam a participação do Brasil como observador da Reunião Preliminar e Conferência dos Chefes de Estado e de Governo dos Países Não-Alinhados, que ocorreu em Cairo, em 1961, o que sinalizava o início de uma atuação junto

ao Movimento dos Não-Alinhados que se aprofundaria posteriormente.

No que diz respeito à estratégia adotada para o fomento do turismo, o governo de Jânio articulou a COMBRATUR, através do Decreto n.51.070/61, de maneira a que diversos ministérios públicos e setores envolvidos na atividade turística participassem efetivamente das decisões a respeito da política de turismo do Brasil. Entre os organismos que contariam com representantes na COMBRATUR, estavam a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia, o Instituto de Arquitetos do Brasil, o Instituto Nacional de Imigração e Colonização, a Associação Brasileira de Tradições Populares (folclore) e o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Ao mesmo tempo, a Divisão Turística do Território Nacional foi criada através do Decreto n.51.130/61, integrando os estados federais e subdividindo os destinos turísticos de acordo com as suas características comuns.

A política externa progressista, independente e pragmática que Jânio adotara parecia uma contradição quando se observava a condução que o presidente dava à política doméstica. Desta maneira, a condecoração à Ernesto Che Guevara com a Ordem do Cruzeiro do Sul, a aproximação com países socialistas e a defesa

ao princípio da autodeterminação dos povos no que tangia a Cuba e aos países africanos, geraram o mais profundo rechaço por parte da parcela conservadora da população brasileira. Ainda segundo Cervo e Bueno (2002), é evidente que a política externa independente de Jânio contribuiu para o afastamento por parte da União Democrática Nacional (UDN), o que terminaria por isolar o presidente e agudizar a crise que levaria à sua renúncia.

A política externa de João Goulart, que assumira a presidência após a renúncia de Jânio, foi conduzida por San Tiago Dantas e manteve, em grande medida, o perfil independente que havia caracterizado o período anterior. Desta maneira, uma das ocupações básicas da PEI seguiria sendo a busca da ampliação dos mercados externos para as exportações brasileiras, de maneira a impulsar o desenvolvimento nacional. “Sem descuidar dos tradicionais recebedores de produtos brasileiros – Estados Unidos e Europa Ocidental -, a intenção era aumentar o intercâmbio com a América Latina e com os países socialistas (CERVO & BUENO, 2002, p.329).”

Para San Tiago Dantas (2011), o Brasil deveria utilizar o pan-americanismo como uma ferramenta útil à busca pela emancipação econômica, tratando, no entanto, de garantir que o

acesso ao financiamento externo não implicasse em comprometimento da soberania nacional.

No âmbito regional, a PEI reafirmava a importância das relações mantidas com os vizinhos, em especial com a Argentina. Ainda durante a gestão de Jânio, o presidente brasileiro se reunira com seu homólogo argentino Arturo Frondizi em Uruguaiana e firmaram uma série de acordos de cooperação que incluíam, inclusive, um sistema de consultas recíprocas. Dantas, em seu discurso na Academia Nacional de Direito de Buenos Aires, em 13 de novembro de 1961, afirmou:

> Os acordos de Uruguaiana, complementados pelo que o Brasil e Argentina têm concluído com outros países do continente, marcam o rumo dessa união que o senhor Arturo Frondizi e o senhor João Goulart reafirmaram com clareza em comunicado conjunto, no Rio de Janeiro, quando vosso grande Presidente se dirigia a Nova York para pronunciar seu memorável discurso perante as Nações Unidas.
>
> Nossos países receberam, nos anos iniciais de sua formação histórica, a herança de certos antagonismos metropolitanos que marcaram a mentalidade de várias gerações e se deixaram, no passado, estimular por algumas rivalidades e prevenir certas desconfianças. Tudo isso pertence, porém, a um mundo inteiramente extinto, superado pelo trabalho de homens de Estado esclarecidos, que esmagaram as prevenções sob o peso de uma lealdade indeclinável e substituíam a competição pela colaboração. As novas camadas de população, que mudaram a fisionomia social dos dois

> países, o intercâmbio das ideias, a solidariedade em diversas atitudes políticas, o entrosamento crescente dos interesses materiais, fizeram com que surgissem, como bem disse o Chanceler Cárcano, uma nova Argentina e um novo Brasil (DANTAS, 2011, p.36).

Na ocasião do encontro entre os chanceleres, foram reafirmados os princípios dos acordos de Uruguaiana e foram também iniciadas conversações sobre questões econômicas, comerciais e culturais comuns aos dois países (CERVO & BUENO, 2002). Ambos os países pareciam concordar que as rivalidades deveriam ser superadas a partir do entendimento de que ambos os países teriam muito a ganhar se aproveitassem a complementariedade que havia entre suas economias e que poderiam transformá-los no centro da integração latino-americana. A deposição do presidente Frondizi, em 1962, no entanto, provocou a interrupção do "espírito de Uruguaiana".

Entre os anos de 1962 e 1963, a PEI começava a trazer à tona as diferenças e discordâncias entre os interesses brasileiros e estadunidenses. Goulart viajou aos Estados Unidos com a expectativa de obter o financiamento necessário para o desenvolvimento de projetos no Nordeste brasileiro, no âmbito da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), mas sua frustração foi enorme com as exigências estadunidenses

quanto à utilização dos recursos que violavam a autonomia nacional. As tensões aumentaram após Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, desapropriar uma subsidiária da ITT e o Congresso Nacional aprovar uma lei que restringia a remessa de lucros ao exterior. Como resposta, "Diminuíram os investimentos estrangeiros no país e caiu pela metade, em 1962-1963, a ajuda financeira norte-americana, exceto para Carlos Lacerda, governador do então Estado da Guanabara (CERVO & BUENO, 2002, p.334)." Tal cenário contribuiu para agudizar ainda mais o quadro econômico brasileiro, que já apresentava aumento de inflação e do déficit público.

No plano internacional, o ano de 1962 foi de enorme tensão devido à crise dos misseis e ao bloqueio naval a Cuba. Na ocasião, o corpo diplomático brasileiro participou de maneira ativa das negociações de paz e manteve-se contrário à qualquer tipo de intervenção à ilha que pudesse implicar no desrespeito ao princípio da autodeterminação. Após lograr-se um entendimento entre os presidentes Kennedy e Kruschev, o que implicou na retirada dos mísseis da ilha caribenha e no compromisso assumido pelos Estados Unidos de não invadirem o país, Goulart recebeu agradecimentos por parte do governo soviético por sua colaboração.

No âmbito do turismo, pouco se realizou durante o governo de João Goulart. De fato, os avanços do período consistem basicamente na aprovação, por parte do Congresso Nacional, de convênio com o Chile que havia sido firmado em 1961.

A substituição de San Tiago Dantas por Hermes Lima no Ministério de Relações Exteriores, seguido do retorno ao presidencialismo, implicou em uma relativa moderação da PEI. O Brasil seguia adotando o discurso de defesa dos países subdesenvolvidos, da necessidade do desarmamento e do rechaço ao colonialismo. No entanto, se por um lado, segundo Cervo e Bueno (2002), no que diz respeito a esta última questão, não houve esforços concretos no sentido de apoiar a independência dos países africanos, por outro, no que tange à crítica à ordem econômica internacional, o Brasil começava a apresentar uma posição que se consolidaria na UNCTAD de 1964.

No plano interno, as reformas de base defendidas por João Goulart o aproximavam dos setores mais à esquerda da sociedade brasileira, o que gerava pressões e tensões tanto de ordem interna quanto externa. Isto associado ao agravamento da situação econômica e à colaboração indireta dada pelos Estados Unidos aos sublevados, terminaram por resultar no golpe militar de 1964.

CAPÍTULO 5

Turismo e Política Externa no Período da Ditadura Militar

TURISMO E POLÍTICA EXTERNA NO PERÍODO DA DITADURA MILITAR

Mais que fortes alterações na política doméstica, a ruptura democrática provocara, inicialmente, o abandono da política externa autônoma e independente que caracteriza o período anterior. O governo de Castelo Branco, de fato, representara o retorno do paradigma americanista em sua versão ideológica como norteador da atuação internacional brasileira.

Ao assumir a presidência após o Golpe Militar, Castelo Branco (1964-67), juntamente com seu Chanceler Vasco da Cunha, propuseram o desmantelamento dos princípios da PEI, tais como nacionalismo, o ideário da OPA e a autonomia do Brasil em face da divisão multipolar do mundo, em um período que se convencionou chamar de "passo fora da cadência" (CERVO &BUENO, 2002). Sob o argumento de que o golpe se justificava como um esforço para evitar a ascensão das forças comunistas ao poder, a nova política externa brasileira passou a estar profundamente alinhada com o Ocidente no contexto de Guerra Fria (PINHEIRO, 2004).

> Um dos aspectos desse realinhamento foi a incorporação da Doutrina de Segurança Nacional à ação diplomática. Em linhas gerais, a DSN tinha como seu traço principal a oposição Leste-Oeste, percepção que embora francamente estimulada por Washington, possuía fortes raízes no ideário nacional (PINHEIRO, p.37).

Castelo Branco defendia a relação direta entre desenvolvimento e segurança, ao mesmo tempo em que acreditava que a posição geográfica e geopolítica brasileira determinava sua aliança ao bloco Ocidental. A segurança passava a ser, então, um dos objetos de ação interna e que também deveria orientar a atuação internacional do país e determinava, inclusive, a regulamentação e fiscalização dos fluxos de turismo que tinham o Brasil como destino, como mostra a Lei n. 4.473/64 e o Decreto n. 56.303/65. Ao mesmo tempo, foi criado o Convênio de Intercâmbio Cultural com Israel, a partir do Decreto n.59.059/66, que visava estreitar os laços de cooperação com o principal aliado do Ocidente no Oriente Médio.

No marco da criação de uma política nacional de turismo, o regime de Castelo Branco também criou o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, a partir do Decreto-Lei n.55/66. Posteriormente, o Decreto n.60.632/ 67 expedia os estatutos da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), ao

mesmo tempo em que o Decreto n.60.178/67 facilitava a entrada de turistas em território nacional a partir de via marítima.

Outra característica presente na política externa desenvolvida no primeiro governo militar foi a imagem dos círculos concêntricos e das fronteiras ideológicas. Os círculos concêntricos determinavam as áreas de prioridade da política externa nacional (América Latina, hemisfério americano, mundo ocidental). As fronteiras ideológicas, por sua vez, separavam os países capitalistas dos que haviam optado pelo socialismo como sistema econômico. Segundo Pinheiro (2004), no entanto, isto não significou o aprofundamento das relações com os países vizinhos em termos políticos ou econômicos, pois a América Latina apenas se inseria na agenda internacional do Brasil através do viés da segurança, já que o risco de qualquer grau de inclinação à esquerda por parte de algum governo vizinho era tido como uma ameaça para o próprio regime militar brasileiro.

Desta forma, as relações diplomáticas com Cuba foram interrompidas e o Brasil participou diretamente da intervenção levada a cabo pelos Estados Unidos na República Dominicana, em 1965. Mais que isso, o americanismo da política externa brasileira adquirira tão elevado nível de ortodoxia que o país apoiara a proposta de criação de uma Força Interamericana de Paz quando

mesmo os Estados Unidos ainda duvidavam com respeito à viabilidade do projeto (BANDEIRA, 2010).

O modelo de desenvolvimento, por sua vez, abandonava o protagonismo que era dado à poupança nacional e se tornava dependente e associado aos Estados Unidos, prevendo, inclusive, a indenização às empresas dos Estados Unidos que haviam sido nacionalizadas por Goulart. Por outro lado, o Brasil voltou a ter mais fácil acesso à ajuda externa através da Aliança para o Progresso e da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID). De uma forma geral, acreditava-se que, em um mundo interdependente, não existe segurança maior do que a garantida por uma aliança estreita com o centro hegemônico, o que marcava o retorno na crença do Brasil como aliado especial dos Estados Unidos e da expectativa dos benefícios que a lealdade deveria garantir (PINHEIRO, 2004).

Castelo Branco não tardaria, no entanto, a frustrar-se ao perceber que o alinhamento automático não garantia ao Brasil a assistência econômica esperada e nem mesmo um tratamento de potência regional por parte dos Estados Unidos.

> O projeto de política externa de Castello Branco assim elaborado teve vida curta e apresentou resultados efêmeros, porque não marchava com o tempo nem veio a corresponder em escala aceitável a

> necessidades, interesses e aspirações nacionais (CERVO & BUENO, 2002, p.370).

Desta maneira, apesar de haver alterado os postulados da PEI ao assumir e defender o ocidentalismo, a política externa brasileira passou a adotar um discurso diferente da prática, pois a retomada dos esforços no sentido de diversificar as relações comerciais com a África Ocidental, o dialogo com países subdesenvolvidos na UNCTAD e o aumento do fluxo de comércio com a União Soviética voltaram a se fazer presentes (CERVO & BUENO, 2002). Em suma, a política externa de Castelo Branco, alinhada e baseada no desenvolvimento associado dependente, foi, aos poucos, abandonando a fidelidade perfeita a tais diretrizes, tendo sido completamente flexibilizada no governo seguinte.

A diplomacia da prosperidade (1967-1969), levada a cabo pelo chanceler José de Magalhães Pinto, representou a recuperação do paradigma nacional-desenvolvimentista e universalista da política externa brasileira. Em um contexto internacional marcado pelo relativo alívio que a *detént* trazia ao conflito Leste-Oeste - assim como o surgimento de novos polos de poder, tais como o Japão e a Europa Ocidental, o que sinalizava o surgimento de uma ordem multipolar em detrimento da bipolaridade característica da Guerra Fria -, Artur da Costa e Silva reincorporou as principais

teses nacionalistas, dando à atuação externa do Brasil um maior grau de autonomia, sem, no entanto, colocar em dúvida o alinhamento político e militar ao Ocidente (PINHEIRO, 2004).

Segundo Cervo e Bueno (2002), a política externa de Costa e Silva recuperou a característica que estivera presente no período anterior à Castelo Branco e que serviria de unidade para a estratégia adotada pelo regime militar como um todo: a atuação internacional autônoma e pragmática como via para a realização do projeto de desenvolvimento econômico nacional.

O governo de Costa e Silva entendia o mundo como algo muito mais complexo do que a simples divisão em torno do conflito bipolar. Deste modo, o eixo Norte-Sul foi incorporado à política internacional brasileira, o que levou o país a assumir uma posição de destaque na Segunda Conferência da UNCTAD, em 1968. Ao mesmo tempo, o Brasil abandonou a defesa da segurança coletiva, por entender que esta não serve à causa da superação das desigualdades entre as nações, e se recusou a firmar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), argumentando que o mesmo congelava a estrutura de poder global e impedia aos países subdesenvolvidos de acessar as tecnologias avançadas.

No âmbito do turismo, os principais avanços observados durante a gestão de Costa e Silva. Convém mencionar, entretanto,

a fixação de uma data para a comemoração do Ano Internacional do Turismo (Decreto n.61.485/67), resultado de uma campanha impulsada pelas Nações Unidas no sentido de promover maior consciência quanto à importância do setor. Ao mesmo tempo, acordos culturais foram firmados com a Coreia do Sul (Decreto n.61.686/67) e Uruguai (Decreto n.62.977/68).

A chegada de Emílio Garrastazu Médici (1969-74) ao poder provocou uma leve desaceleração do paradigma universalista. A chamada "diplomacia do interesse nacional", levada a cabo pelo chanceler Mário Gilson Barbosa, guardava os preceitos básicos do nacional-desenvolvimentismo sem, no entanto, abandonar o americanismo como eixo preferencial de definição dos interesses brasileiros (PINHEIRO, 2004). Ainda assim, as relações com os Estados Unidos viviam um momento de considerável agravo, estando a balança comercial altamente deficitária para o Brasil (CERVO & BUENO, 2002).

Ainda segundo Cervo e Bueno (idem), a defesa dos interesses nacionais gerava divergências que perigosamente se acumulavam entre o Brasil e os Estados Unidos. O ápice desta fase de pouco entendimento foi a extensão do mar territorial brasileiro para 200 milhas e a expulsão a tiros de canhão, por parte do Brasil, dos navios estadunidenses que se encontravam nessas águas.

Como retaliação, houve as restrições à uma série de produtos que compunham a pauta de exportação brasileira para o mercado dos Estados Unidos.

A manutenção da política de industrialização por substituição de importações resultou no chamado "milagre econômico", período em que o crescimento econômico brasileiro atingia a média de 10% ao ano. Os resultados positivos no campo da economia levaram o Brasil a abandonar a renegociação dos termos de dependência de maneira conjunta, afastando-se dos vizinhos latino-americanos e dos países do Movimento dos Não-Alinhados.

> Assim, se por um lado havia coincidência de interesses com os Estados Unidos em assuntos políticos e de segurança, as divergências no plano econômico-comercial começavam a se agravar, como exemplificaram o conflito sobre a decretação do mar territorial de 200 milhas e as disputas comerciais em torno dos subsídios ao café solúvel (PINHEIRO, 2004, p.43).

No âmbito do turismo, por sua vez, o governo de Médici aprova a Lei n.990/69, que trata sobre os incentivos fiscais para a promoção das atividades turísticas, tema que seria novamente tratado pela Lei n.1.485/76, já durante o governo de Geisel, desta

vez relacionando-se principalmente ao turismo estrangeiro no país. Ao mesmo tempo, convênios de cooperação turística seriam firmados com países como Peru e México também seriam firmados.

O esgotamento do modelo de industrialização por substituição de importações, assim como o desaquecimento provocado pelo fim do milagre econômico e a agudização das divergências com os Estados Unidos (CERVO & BUENO, 2002), fortaleceu ainda mais o paradigma universalista da política externa brasileira. O período referente ao "pragmatismo responsável ecumênico" ocorreu durante o governo de Ernesto Geisel e foi conduzido pelo chanceler Azeredo da Silveira.

> O déficit brasileiro no comércio bilateral elevara-se a 1,8 bilhão de dólares no quadriênio 1970-1973, e a nova lei americana de comércio exterior (1974) prenunciava, segundo avaliação do Itamaraty, momentos piores. Ela determinava uma série de restrições às importações dos países em desenvolvimento e o "congelamento das estruturas internacionais do poder econômico". Com efeito, o déficit do biênio 1974-1975 ampliou-se para 3,7 bilhões, afetando perigosamente a balança comercial brasileira, debilitada pela dependência do petróleo. E, como se não bastasse, o governo norte-americano decidiu, momentaneamente, em 1974, suspender o fornecimento de urânio para a usina de Angra, acordado em 1972, tornando ainda mais grave a

> dependência brasileira de energia (CERVO & BUENO, 2002, p.409-410).

O primeiro choque dos preços do petróleo afetara diretamente a economia brasileira, que importava 80% do petróleo que consumia (PINHEIRO, 2004). Somado a isso, o colapso do sistema de Bretton Woods e o fim da paridade do dólar com o ouro afetara a todo o bloco ocidental de maneira direta. Apesar de tal contexto, no entanto, a economia brasileira seguira apresentando importante taxa de crescimento econômico, o que dependeu principalmente da expansão da dívida externa.

A necessidade de cumprir com o serviço da dívida implicava, necessariamente, na busca de novos mercados para as exportações brasileiras. Desta maneira, um impulso maior foi dado no sentido de aproximar-se dos países africanos, independente da opção ideológica seguida pelos mesmos. Tal pragmatismo é o que explica o reconhecimento dado pelo Brasil à independência da Angola, ainda que o país estivesse sob um governo alinhado à União Soviética. As relações com a China também foram reestabelecidas e o relacionamento com a própria União Soviética foi fortalecido, em um claro sinal de abandono das "fronteiras ideológicas" de Castelo Branco (PINHEIRO, 2004).

A cooperação Sul-Sul recupera enorme importância na agenda internacional brasileira, o que implicou também no reconhecimento da independência da Guiné Bissau e o apoio à causa palestina, o que contribui para o estreitamento dos laços com os países do Oriente Médio. No plano regional, por sua vez, as relações são construídas desde o plano bilateral (CERVO & BUENO, 2002).

> O pragmatismo que marcou a política externa estimulou igualmente uma reaproximação do Brasil com seus pares continentais cujas relações estavam, desde o golpe, prioritariamente definidas por questões de segurança. Para tanto, convergiram três fatores: a percepção de um forte isolamento do país em virtude de uma paulatina revisão das políticas externas de diversas repúblicas latino-americanas com relação aos Estados Unidos; a necessidade de diversificar os mercados para os produtos industrializados brasileiros; e a premência em se buscar novos fornecedores de energia. Mas apesar desse impulso, a aproximação efetiva só se consolidaria no governo seguinte (PINHEIRO, 2004, p.46).

O abandono do alinhamento automático com os Estados Unidos, assim como a diversificação de parcerias estratégicas, evoluiu inclusive para temas tão sensíveis como eram os ligados à defesa. Durante o governo de Geisel, o país começou a desenvolver uma espécie de projeto de nacionalização da

segurança, que passava pela firma de contratos de vendas de armamentos para países do Oriente Médio e da África, pela denúncia do Acordo Militar Brasil-Estados Unidos firmado por Vargas, em seu segundo governo, e pela implementação de um acordo nuclear com a Alemanha, contribuindo para o desmantelamento do sistema de segurança coletiva (CERVO & BUENO, 2002).

A política externa universalista, autônoma e independente é, em grande medida, mantida durante a gestão de João Figueiredo, período da "autonomia diversificadora em tempos de transição" (CERVO & BUENO, 2002). O aprofundamento do protecionismo nos países centrais, a segunda crise do petróleo – e o consequente aumento dos preços da commodity -, assim como o aumento das taxas de juros por parte dos Estados Unidos visando a atração do capital externo foram alguns dos fatores que motivaram a manutenção da política de diversificação das parcerias por parte de Figueiredo e de seu chanceler, Saraiva Guerreiro.

O contexto internacional início dos anos de 1980 era o da chamada "segunda Guerra Fria", uma vez que ocorreu o acirramento das tensões Leste-Oeste após a chegada de Ronald Reagan ao poder. Ao mesmo tempo, a crise financeira internacional, que culminaria na incapacidade de diversos países

do Terceiro Mundo de cumprirem com seus compromissos externos, limitavam a liberdade de atuação brasileira no mercado mundial. Ainda assim, a política externa universalista já se havia consolidado e mesmo o cenário global adverso não foi capaz de comprometer significativamente a autonomia brasileira.

A América Latina seguiu sendo considerada prioridade na agenda internacional brasileira. Dentre os países vizinhos, a Argentina era vista como parceira estratégica, o que levou Figueiredo a dar início a uma série de esforços no sentido de melhorar as relações entre os países, tais como a resolução do contencioso que girava em torno do aproveitamento dos recursos hídricos da Bacia do Prata.

No que tange à política nacional de turismo, Figueiredo promulgou o Decreto n.87.185/82, a respeito de um acordo de cooperação no âmbito do turismo com Portugal e o Decreto 88.611/83, a respeito de acordo similar com a Colômbia.

CAPÍTULO 6

Redemocratização e Política de Turismo:
Período Sarney e a transição ao neoliberalismo

REDEMOCRATIZAÇÃO E POLÍTICA DE TURISMO: PERÍODO SARNEY E A TRANSIÇÃO AO NEOLIBERALISMO

A redemocratização brasileira se deu em um cenário de grandes desequilíbrios macroeconômicos. A declaração da moratória por parte do México, em 1982, terminou por contagiar as demais economias da América Latina, levando os países da região a se comprometerem com a adoção de um conjunto de reformas liberalizantes, impostas pelos organismos financeiros internacionais para a renegociação de suas dívidas. Ao mesmo tempo, o Brasil se esforçava no sentido de "renovar suas credenciais", mostrando aos parceiros internacionais que o país já havia superado o passado recente de ruptura da ordem democrática e violação dos direitos humanos.

> A redemocratização do país forneceria, assim, a linha inicial de atuação externa do governo. Tanto no seu discurso diplomático, quanto na aplicação de sua política regional e multilateral, o presidente utilizaria os valores da democracia para sustentar princípios e objetivos de ação. Por esta via, tornou-se possível superar a desconfiança dos anos de preeminência militar e, bem assim, desimpedir alguns canais de comunicação com o mundo desenvolvido (CORREA, 1996, p.374).

Como esforço de superar o passado autoritário, o Brasil passou a adotar uma postura mais proativa na discussão dos temas internacionais, em especial das questões ligadas aos direitos humanos. Ainda segundo Correa (idem), o país firmou o Pacto de San José, resultado da Convenção Interamericana de Direitos Humanos, e aderiu aos Pactos de Direitos Humanos das Nações Unidas.

Segundo Pinheiro (2004), as principais transformações sofridas pela política externa de José Sarney (1985-90) diziam respeito às questões econômicas. No campo da política, as mudanças foram mais tênues, estando o período marcado por uma continuidade tímida de tendências anteriormente presentes, tais como: o fortalecimento das relações com a Argentina e o reestabelecimento das relações diplomáticas com Cuba. O primeiro caso explicitado através da Declaração do Iguaçu, de 1985, que evoluiria para o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, firmado entre Sarney e Raúl Alfonsín em 1988 e que serviu como base para a posterior criação do Mercosul.

A normalização das relações com Cuba, longe de representarem o esquecimento do passado recente em que a ilha contribuíra direta ou indiretamente com as guerrilhas que se sublevavam contra a ditadura militar, foi resultado da consciência

de que o diálogo e a cooperação com o país caribenho se faziam necessários para que o Brasil alcançasse o papel que almejava na região. No entanto, como afirma Correa (1996), Sarney jamais aceitou visitar a ilha e tampouco retribuiu efetivamente ao convite à Fidel Castro. Ao mesmo tempo, é importante recordar também que o melhor entendimento criado com a Argentina permitiu que os dois países avançassem no sentido de superar as rivalidades e desconfianças, firmando um acordo de abertura de seus respectivos programas nucleares para inspeção (CERVO & BUENO, 2002).

A recuperação do diálogo com Cuba e a construção de boas relações com a Argentina foram fundamentais para que, posteriormente, se conformasse o Grupo de Apoio à Contadora. Este esforço esteve integrado por Brasil, Argentina, Uruguai e Peru com o objetivo de auxiliar o México, Colômbia, Venezuela e Panamá na busca por uma resolução ao processo de pacificação da América Central. A iniciativa se desdobraria, em seguida, na criação do Grupo do Rio, uma articulação política entre as principais diplomacias da região com vias de discutir os desafios da região sem a tutela dos Estados Unidos.

A moratória decretada unilateralmente por Sarney, em 1987, levou o país a abandonar os princípios da estratégia de inserção internacional que havia sido adotada, sem grandes

modificações, desde o governo de Geisel. A partir deste momento, o Brasil passou a ser alvo dos mais diversos tipos de pressão por parte dos Estados Unidos sobre a política nacional de informática e a lei de patentes farmacêuticas. Assim, apesar dos esforços no sentido de que se mantivessem alguns dos princípios de uma política externa altiva, a busca da construção de uma agenda positiva com os Estados Unidos se converteu em uma das prioridades do Brasil. Ao mesmo tempo, a perda paulatina da legitimidade e da eficácia dos princípios que nortearam a PEI se dava em decorrência do esgotamento do próprio projeto nacional-desenvolvimentista anteriormente impulsado (PINHEIRO, 2004).

Dentro do esforço de renovação das credenciais da nova política externa, Sarney promulgou os Decretos n. 93.202/86, n.93.941/87, n.97.378/88, n.98.784/90, n.90.090/90 e n.99.558/90, sobre os acordos culturais firmados com a República Popular do Congo, com a China, a União Soviética, Cuba, Tchecoslováquia e Angola, respectivamente.

CAPÍTULO 7

Turismo e neoliberalismo: de Fernando Collor a Fernando Henrique Cardoso

TURISMO E NEOLIBERALISMO:
DE FERNANDO COLLOR A FERNANDO HENRIQUE CARDOSO

Ao contrário do que costumeiramente se afirma, o divisor de águas que marcou o fim do paradigma universalista e pragmático da política externa brasileira não foi o governo de José Sarney, mas sim a curta passagem de Fernando Collor de Mello (1990-92) pela Presidência da República (PINHEIRO, 2004). Primeiro presidente eleito por voto direto da redemocratização, Collor levou a cabo a política externa da "autonomia pela participação", buscando ganhar credibilidade internacional para a renegociação da dívida externa brasileira a partir da recuperação do paradigma americanista e em concordância com sua política econômica neoliberalizante e seu projeto de desenvolvimento impulsado pelo mercado, perdendo o rumo que havia orientado a inserção internacional do país por sessenta anos (CERVO & BUENO, 2002).

> A emergência do Estado Normal – subserviente, destrutivo e regressivo – nas estratégias de relações internacionais do Brasil teve como impulso conceitual a ideia de *mudança*. Não se trata de uma leviandade mental, mas de uma convicção profundamente arraigada na mentalidade de dirigentes brasileiros, capaz de provocar: a) o revisionismo histórico e a condenação das estratégias

> internacionais do passado; b) a adoção acrítica de uma ideologia imposta pelos centros hegemônicos de poder; c) a eliminação das ideias de projeto e de interesse nacionais; d) a correção do movimento da diplomacia. [...] Como não se conhecem experiências em que esses comandos tenham servido a Estados maduros como vetores de política exterior, a ideia de mudança introduziu naturalmente o paradigma do Estado normal, como invenção da inteligência periférica (CERVO & BUENO, 2002, p.458-459).

O contexto internacional de fim da Guerra Fria culminou no desaparecimento da União Soviética e na consolidação dos Estados Unidos como única superpotência global. A crença na vitória do capitalismo como o único sistema econômico vencedor e viável implicara na aceitação quase que hegemônica da inevitabilidade da globalização neoliberal.

Segundo Pinheiro (2004), diferente do que ocorrera em outros momentos do acumulado histórico brasileiro, o americanismo e a busca por relações especiais com os Estados Unidos já não eram capazes de criar consenso interno. As discordâncias internas levaram ao enfraquecimento do próprio Itamaraty, o que levou, inclusive, a instituição a perder seu protagonismo como formulador e aplicador da política externa brasileira para autoridades econômicas que passaram a representar os interesses tidos como nacionais (CERVO & BUENO, 2002).

Após ter a eficiência de sua política externa questionada, Collor promoveu algumas correções na mesma e dá início a uma nova fase de sua estratégia de inserção internacional, recuperando alguns aspectos do universalismo.

> As negociações preparatórias para a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92, são, sem dúvida, um excelente exemplo desse quadro. Muito contribuiu para isso o fato de o Itamaraty ter recuperado, ao menos em parte, sua proeminência na formulação da política externa, então com Celso Lafer à sua frente (PINHEIRO, 2004, p.57).

Os resultados obtidos a partir desta correção nos rumos da política externa foram, no entanto, bastante limitados, uma vez que o espaço de movimentação internacional baseado na barganha com o Norte desenvolvido ou na cooperação com o Sul subdesenvolvido se havia limitado para o Brasil.

Ademais da crise de paradigmas no âmbito da política externa e da crise econômica doméstica, Collor ainda seria atingido por uma crise política que culminaria no seu *impeachment*. Em substituição a ele, Itamar Franco (1992-94) assumiu o governo, indicando a Fernando Henrique Cardoso e,

posteriormente, a Celso Amorim para a condução do Ministério de Relações Exteriores.

Neste novo período, houve esforços por parte do Brasil de trazer novamente a discussão sobre o desenvolvimento para o âmbito internacional e sobre a necessidade da ampliação da participação dos países subdesenvolvidos nos espaços de tomada de decisão – o que incluía os reclamos pela reforma do Conselho de Segurança da ONU e a sinalização por parte do Brasil de seu interesse em ocupar uma cadeira permanente como representante do subcontinente latino-americano. De maneira a reforçar a suas demandas, o Brasil tratou de adotar uma postura de colaboração com os compromissos internacionais e os valores ocidentais, participando de operações de paz levadas a cabo pela ONU em países da América Central e da África, assim como a partir de sua atuação em fóruns como a Conferência Mundial de Direitos Humanos de Viena (1993) e a Conferência do Cairo sobre População e Desenvolvimento (1994), como afirma Pinheiro (2004).

A integração regional também foi aprofundada neste período. O MERCOSUL, que foi efetivamente impulsado pela Ata de Buenos Aires, firmada em 1990 por Collor e Carlos Meném, no entanto, não fugia à lógica neoliberal então hegemônica. A firma

de tal documento criava um maior comprometimento com a integração econômica baseada na ideia de regionalismo aberto e pouco vinculante, ainda que previsse a formação de um mercado comum no prazo de quatro anos. Em 1991, por sua vez, foi firmado o Tratado de Assunção, que integrava a iniciativa o Paraguai e o Uruguai. Por outro lado, as intenções estadunidenses de impulsar a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), estendendo o Tratado Norte-Americano de Livre-Comércio (NAFTA) até a Argentina, foram recebidas com grande desconfiança pelo Brasil. Adotando uma estratégia regional que deveria reforçar o MERCOSUL, a partir da maior convergência entre Brasil e Argentina, de maneira a garantir a autonomia da região frente aos Estados Unidos, Franco lançou a proposta de criação da Área de Livre-Comércio Sul-Americana (ALCSA), segundo Cervo e Bueno (2002).

A política externa da "autonomia pela integração" (VIGEVANI, OLIVEIRA & CINTRA, 2003), aplicada durante a presidência de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e conduzida por Luiz Felipe Lampreia (1995-2000) e Celso Lafer (2001-2002), por sua vez, representou a manutenção de parâmetros tradicionais à atuação internacional brasileira, tais como o pacifismo, a defesa do direito à autodeterminação e da não-

intervenção, assim como o pragmatismo como instrumento básico da política externa. A participação do Brasil nos espaços multilaterais foi fortalecida e a contribuição brasileira em debates sobre os temas que compunham a agenda internacional pós-Guerra Fria, o que sinalizava que a busca de autonomia agora seria atrelada à integração aos fóruns decisórios globais.

Para Pinheiro (2004), a gestão de Fernando Henrique colocou fim à crise de paradigmas que assolava a condução da política externa brasileira desde a redemocratização. Para a autora, o paradigma iniciado pelo então presidente poderia ser denominado de "institucionalismo pragmático", uma vez que se acreditava na adesão aos regimes internacionais e às instituições como solução para os problemas coletivos, reforçando a cooperação com vistas à maximização de ganhos. Ao mesmo tempo, existia a consciência do caráter anárquico da ordem internacional, o que implica em atuações internacionais calcadas unicamente nos interesses próprios de cada nação, o que levava o Brasil a adotar uma postura pragmática sempre que houvesse a necessidade e o contexto necessário para fazê-lo. Para Vigevani et al (2003), por sua vez, os dois governos de Fernando Henrique significaram o aprofundamento de uma adequação que havia sido

iniciada por Collor de Mello e continuada, com algumas hesitações, por Itamar Franco.

> Assim, participando ativamente na organização e na regulamentação das relações internacionais, nas mais diversas áreas, a diplomacia brasileira contribuiria para o estabelecimento de um ambiente favorável ao seu desenvolvimento econômico, objetivo que foi o eixo da ação externa do Brasil durante a maior parte do século XX (VIGEVANI, OLIVEIRA & CINTRA, 2003, p.32).

Para Cervo e Bueno (2002), no entanto, Collor de Mello, Itamar Franco e Fernando Henrique, ao adotarem o paradigma do Estado normal, haviam desistido de construir uma política internacional propriamente nacional. De fato, em determinados momentos, o institucionalismo se fazia demasiado presente na política externa brasileira, indo contra a própria soberania nacional. Foi o caso da assinatura do Tratado de Não-Proliferação Nuclear por parte de Fernando Henrique, sem que, para isso, fosse feito qualquer tipo de barganha (BANDEIRA, 2010).

No âmbito regional, a lógica adotada era a de que a América do Sul – e já não mais a América Latina, uma vez que o México fizera a opção pela integração de sua economia à América do Norte – era a plataforma política natural do Brasil, promovendo

sua liderança e fortalecendo seu status de potência média, e que a cooperação regional resultaria em ganhos relativos para os participantes. Ainda segundo Vigevani *et al.* (2003), a consolidação do MERCOSUL serviria para garantir uma posição de maior poder ao Brasil, o que poderia resultar em uma inserção internacional de tipo *global player*.

A busca por uma integração sul-americana se dava ao mesmo tempo em que o Brasil buscava aprofundar suas relações com parceiros estratégicos. Neste sentido, foi firmado o acordo de livre comércio com a União Europeia, a ampliação das relações bilaterais com países como Rússia, China, África do Sul, Japão e Índia e a participação nas negociações com a ALCA, nas quais o posicionamento brasileiro, segundo Bandeira (2010), seguia no sentido de exigir maior comprometimento por parte dos Estados Unidos com a abertura de seu mercado para os produtos primários que compunham a pauta de exportação latino-americana.

Pinheiro (2004) lembra que Fernando Henrique, ao assumir a presidência, prometera encerrar a "era Vargas", fazendo referência ao período de industrialização por substituição de importações e de intervenção estatal na condução da economia nacional. Desta maneira, a tendência que se acentuara durante o governo Collor, de abertura econômica, privatizações e

liberalização das regras de comércio e responsabilidade fiscal receberia novo impulso.

No plano doméstico, a estabilização macroeconômica obtida a partir da implementação do Plano Real garantiu a Fernando Henrique o apoio necessário para que fossem levadas a cabo as reformas neoliberalizantes. Ao mesmo tempo, tal feito resultara em aumento da credibilidade que de que gozava o país no espaço internacional.

No âmbito do turismo, Collor promulgou o Decreto n.118/91, a respeito de um acordo para a promoção turística firmado na América do Sul, e o acordo de cooperação com a Itália. Posteriormente, com o Decreto n.448/92, que dispõe sobre a Política Nacional de Turismo, foi promulgado. Fernando Henrique, por sua vez, também no campo do turismo deu enorme importância para os acordos bilaterais. Nesse sentido é possível perceber uma tendência de três perfis de acordos ao longo dos seus dois mandatos. Num primeiro momento, os acordos visavam o estabelecimento de cooperação entre o Brasil e outros países, além da profissionalização do setor a partir da criação de cursos superiores de Turismo. Em seguida, a partir de 2001, vê-se uma tendência a diminuir os entraves de fluxo turístico, com a isenção de vistos para entrada em países signatários dos acordos de

fomento de turismo, como foi o caso da Coréia do Sul e da Turquia. Posteriormente, foram firmados acordos de perfil mais comercial e que previam investimentos no setor de turismo, promovendo o crescimento do mesmo.

A adoção do neoliberalismo, no entanto, contribuíra também para o aumento da vulnerabilidade externa de que sofria o Brasil, o que se fez evidente com a forma brusca com a qual o país foi atingido quando da nova crise da dívida mexicana, em 1995, da crise asiática de 1997, da crise russa de 1998 e da crise argentina de 2001.

"Nenhuma das grandes crises financeiras do período teve origem no Brasil. Contudo, este país sofreu a cada crise efeitos negativos sobre suas finanças (CERVO & BUENO, 2002, p.475)." De fato, se havia estabelecido uma nova via de dependência, desta vez relacionada aos capitais de tipo especulativo, frente a qual os dirigentes do G7 (grupo formado pelas sete principais economias) não mostraram mínimo sinal de sensibilidade. Desta maneira, a dependência estrutural do país, de caráter financeiro e econômico, se intensificou ao longo da década de 1990, retirando o capital produtivo, bloqueando o crescimento econômico e, efetivamente, deixando no passado o sonho do desenvolvimento.

CAPÍTULO 8

Turismo na agenda neodesenvolvimentista-universalista do Governo Lula

TURISMO NA AGENDA NEODESENVOLVIMENTISTA-UNIVERSALISTA DO GOVERNO LULA

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007), a política externa inaugurada por Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) refletia, em partes, as posições tradicionais de seu partido, o Partido dos Trabalhadores, no que tange à política internacional. Promovendo uma ruptura com a política externa levada a cabo pelo período anterior, Lula deu início à construção de um modelo de neodesenvolvimentismo, articulando-o com uma estratégia de inserção internacional baseado na "autonomia pela diversificação" (idem) e que foi definida por seu chanceler, Celso Amorim, como sendo "altiva e ativa".

> As mudanças percebidas na política externa do governo Lula da Silva tiveram algumas diretrizes: (1ª) contribuir para a busca de maior equilíbrio internacional, procurando atenuar o unilateralismo; (2ª) fortalecer relações bilaterais e multilaterais de forma a aumentar o peso do país nas negociações políticas e econômicas internacionais; (3ª) adensar relações diplomáticas no sentido de aproveitar as possibilidades de maior intercâmbio econômico, financeiro, tecnológico, cultural, etc.; e (4ª) evitar acordos que possam comprometer a longo prazo o desenvolvimento (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.292).

Frente a um cenário internacional marcado pelo fracasso econômico e social do neoliberalismo – resultando, inclusive, na vitória eleitoral de uma série de líderes considerados progressistas na América Latina – e em que as atenções dos Estados Unidos estavam voltadas para o Oriente Médio, onde travavam sua "guerra contra o terror", a estratégia de Lula consistiu basicamente na busca de coordenação política com países subdesenvolvidos e emergentes, assim como na recuperação do caráter estratégico da América Latina.

Segundo Vigevani e Cepaluni (2007) e Pecequilo (2008), Lula tratou de construir uma relação de cooperação com a Índia e a África do Sul, criando o IBAS, ao mesmo tempo em que estabelecia uma aliança estratégica com a Rússia e a China, principalmente nos campos econômico e militar, levando ao surgimento dos BRICS. Desta maneira,

> [...] Lula da Silva utiliza uma estratégia que poderia ser batizada de 'autonomia pela diversificação', enfatizando a cooperação Sul-Sul para buscar maior equilíbrio com os países do Norte, realizando ajustes, aumentando o protagonismo internacional do país e consolidando mudanças de programa na política externa (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007, p.283).

Há consenso entre os autores analisados sobre o fortalecimento experimentado pela coalizão Sul-Sul que se deu, em grande medida, à atuação protagônica do Brasil no sentido de impor as demandas do mundo emergente. Como resultado, foi formado o G-20, agrupamento de países que buscavam maior participação na condução da economia internacional.

No âmbito regional, por sua vez, Lula se mostrou um grande defensor da integração sul-americana como ferramenta de legitimação da atuação externa brasileira e como instrumento de desenvolvimento do subcontinente (VILLA, 2005). A defesa que fazia do MERCOSUL, a expansão do mesmo – com o ingresso da Venezuela e pedidos de adesão por parte do Equador e Bolívia – e a criação da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) evidenciam a importância estratégica que ganhou a região durante seu governo e converteram o Brasil na principal liderança da América do Sul.

As relações Brasil-Estados Unidos, por sua vez, passaram a ser regidas pelo princípio da não-exclusividade (VIGEVANI & CEPALUNI, 2007). O período não esteve marcado por grandes enfrentamentos, mas o Brasil não vacilou diante da necessidade de utilizar recursos jurídicos para denunciar o protecionismo estadunidense, como no caso do contencioso do algodão, assim

como de rechaçar a criação da ALCA, alegando que este acordo seria prejudicial para a indústria brasileira (BANDEIRA, 2010). Ao mesmo tempo, os Estados Unidos perderam a posição de principal parceiro comercial do Brasil, posto que foi ocupado pela China.

A demanda brasileira por um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas ganhou novo impulso, uma vez que a nova política externa nacional denunciava o congelamento do poder global nos moldes da Guerra Fria que a atual conformação do organismo produzia. Como um esforço no sentido de demonstrar a capacidade de atuação internacional do país, o Brasil liderou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), que visa a restauração da ordem e estabilização do país caribenho (PECEQUILO, 2008).

A intermediação oferecida pelo Brasil e Turquia com relação ao programa nuclear iraniano foi outra ação que visava a um maior protagonismo da diplomacia brasileira em temas internacionais. Na ocasião, apesar dos mediadores haverem logrado a abertura de diálogo com o governo iraniano, a ação foi obstaculizada pelos Estados Unidos, quem optaram pela adoção de novas sanções contra o país persa.

O êxito brasileiro no combate à miséria, a partir do desenvolvimento e aplicação de um conjunto de políticas de transferência de renda condicionada, consolidadas através dos programas Fome Zero e Bolsa Família, foi outro elemento que garantiu prestígio internacional ao Brasil[2]. Da mesma forma, a transnacionalização de empresas brasileiras, diretamente beneficiadas pela prioridade ao eixo Sul-Sul que caracterizou a política externa lulista, expandiram os interesses nacionais para além de suas fronteiras. Assim, afirma Villa (2005, p.14):

> Desta maneira, tentaram reconciliar dois projetos que vinham sendo debatidos desde a segunda metade dos anos 80: a construção de uma identidade de país continental com ênfase no regionalismo como nova forma de inserção internacional, com a de um país aspirante a *global trader*, com interesses múltiplos na dinâmica da globalização.

A partir do governo de Lula, o turismo também passa a figurar como um componente importante das relações internacionais e da atividade diplomática, uma vez que a facilidade de acesso a um determinado país é um dos indicadores do nível de entendimento que existe entre as nações (BENI, 2011). Ao mesmo

[2] Uma série de documentos foi produzida por agências das Nações Unidas, principalmente a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura), evidenciando o sucesso que país obteve no combate à fome e à pobreza.

tempo, o crescimento econômico sustentável é fundamental para que um determinado país possa emitir uma quantidade significativa de turistas, o que explica a recente flexibilização da concessão de vistos para brasileiros por parte dos Estados Unidos (cuja validade passou de 05 para 10 anos) e o fim da necessidade de visto para a entrada de brasileiros no México – o que se deve, claramente, à melhora econômica do país, que deixou de ser um grande emissor de fluxo migratório ilegal com destino, principalmente, aos Estados Unidos a partir da fronteira mexicana.

Assim, os acordos de cooperação entre o Brasil e outros países se intensificaram no governo Lula, segundo Diniz (2013). De fato, os acordos firmados entre os anos de 2006 a 2008 evidenciam o fortalecimento de laços por parte do Brasil com seus vizinhos latino-americanos e com novos sócios do Oriente Médio, África e Europa Oriental.

A primeira década do século XXI, portanto, foi para o Brasil um período de reforço das dimensões horizontais – representado pelas parcerias com nações emergentes, tais como Índia e África do Sul – e verticais – Estados Unidos, União Europeia - de sua agenda (PECEQUILLO, 2008), com o país assumindo uma atuação externa de alto nível, mais condizente com a condição de *global player* que pretende ser.

As principais sínteses teóricas sobre o novo-desenvolvimento implementado no Governo Lula apresentam duas vertentes: a inspiração keynesiana, que indica complementariedade entre Estado e Mercado, e a estruturalista com uma visão cepalina que defende a adoção de uma estratégia de "transformação produtiva com equidade social" que permita compatibilizar crescimento econômico sustentável com uma melhor distribuição de renda (SICSÚ; PAULA & MICHEL, 2005).

Nessa perspectiva Morais e Filho destacam que "Estado Forte" é aquele capaz de regular os mercados. Esses autores rejeitam o axioma neoliberal de que a racionalidade individual produz sempre o melhor resultado para a sociedade. Para eles, "mercado forte é aquele capaz de abrigar empresas grandes e pequenas, que mantenha aberto o acesso à concorrência, e que assegure a equidade de oportunidades aos produtores e consumidores, condição essa que não pode ser garantida endogenamente pelo próprio mercado, mas apenas pela regulação estatal." (MORAES & FILHO p. 513, 2011).

Por outro lado, a promoção da inclusão social, da distribuição de renda e da redução das desigualdades figurou desde o início do governo Lula, como objetivo estratégico de sua agenda social.

Neste contexto, segundo Souza, a despeito de eventuais diferenças de percepção, o desenvolvimento, enquanto fenômeno social é entendido como um processo de mudança para melhor, pode ter seu conteúdo definido mediante metas como "melhoria de qualidade de vida" (SOUZA ,2000).

É possível afirmar que o modelo neoliberal já experimentado ao longo da história foi promotor de uma desestruturação na dinâmica sócio-espacial refletindo diretamente em todos os setores produtivos, sobretudo no Turismo que se reproduzia num modelo conectado às demandas de um mercado que não se mostrava interessado em atender outras classes que não àquelas que estivessem inseridas nas categorias A, B e, eventualmente, na classe C[3].

Já no modelo neodesenvolvimentista, novos cenários se apresentam no mercado de viagens proporcionando uma nova configuração ao setor de turismo direcionado às classes menos favorecidas. O relatório do Ministério do Turismo em parceria com o IBAM – Instituto Brasileiro de Administração Municipal e

[3] De acordo com o Centro de Políticas Sociais da FGV, a faixa de renda familiar dividida em classes, atualizada pelo POF –Pesquisa de Orçamento Familiar em Julho de 2010, está assim representada. Classe A: Acima de R$9.745,00; Classe B: de R$7.475,00 a R$9.745,00; Classe C: de R$1.734 a R$7.475,00; Classe D: de R$1.085,00 a R$1.734,00; Classe E: de R$0,00 a de R$1.085,00. http://cps.fgv.br/node/3999

o DATA POPULAR - , cujo título é "Classes C, D: um novo mercado para o turismo brasileiro", revela em pesquisas realizadas em 2005, que o turista popular, mesmo com o orçamento apertado, utiliza de várias estratégias para poder viajar. Devido à importância que dá a esta atividade, costuma reservar dinheiro no final do mês para viagens mais longas e em outras ocasiões se aventuram em pequenas viagens aos finais de semana. Este é um comportamento que demanda disciplina e muita vontade de poder viajar.

Os Planos Nacionais de Turismo do governo Lula (2003-2007/2007-2010), conforme destacam Sancho e Irving, priorizaram ainda a criação e/ou a revitalização de vários órgãos e instância representativas na estrutura de gestão descentralizada, abrangendo as diferentes esferas de poder (federal, estadual, regional e municipal) (SANCHO & IRVING, 2010, p.113).

Pode-se dizer, portanto, que este governo adota um discurso de desenvolvimento de modo a romper com *"as heranças mais importantes do processo de ocupação humana e econômica do imenso território brasileiro a fim de dar a dimensão do desafio a enfrentar no começo do atual século pelos que lutam por um país regionalmente menos desigual*," (ARAUJO, 2013 p. 157). Conforme destaca Lanzarini, em nenhum momento da historia do

Brasil a atividade turística enquanto ramo do planejamento teve tamanha importância, recursos e estudos específicos como na administração Lula, que compreende o período de 2003/2010. Isso se deve a muitos fatores como a priorização do setor turístico na economia nacional, a atuação do Ministério do Turismo na gestão e acompanhamento da atividade em todos os estados da federação, a uma política de integração dos territórios turísticos e a qualificação de recursos humanos (LANZARINI, 2009 p. 11), condições que, consequentemente, refletem melhores condições de apoio à novos setores da economia fortalecendo o universo de viagens e negócios.

A partir da criação do Ministério do Turismo em 2003 e com base na elaboração dos Planos Nacionais de Turismo, almejou-se uma política de Turismo com indicativo para o desenvolvimento e para amenizar os problemas sociais, promovendo assim, uma maior inserção internacional do país com base no fortalecimento do turismo emissivo e receptivo.

Como guisa de conclusão do Governo Lula, é possível afirmar que a política adotada pelo Ministério do Turismo no período em questão, aderiu à combinação entre desenvolvimento endógeno numa perspectiva neodesenvolvimentista e desenvolvimento exógeno numa perspectiva universalista. Nesse

contexto, o Brasil assistiu ao aumento significativo do turismo doméstico e internacional emissivo com a inclusão das classes C e D no universo de viagens, ao fortalecimento e a consolidação de inúmeros roteiros. Esses avanços podem ser vistos como resultado do programa de regionalização do turismo, assim como, de ajustes na economia e da presença de inúmeros eventos de negócios e de lazer. Não por acaso o Brasil pôde concorrer à sede dos dois maiores Megaeventos do mundo, Copa 2014 e Olimpíadas 2016.

CAPÍTULO 9

Desafios da agenda do turismo no Governo Dilma: entre megaeventos e ajuste fiscal

DESAFIOS DA AGENDA DO TURISMO NO GOVERNO DILMA: ENTRE MEGAEVENTOS E AJUSTE FISCAL

Pode-se dizer que o primeiro mandato do Governo Dilma Rousseff se caracterizou como uma continuidade do modelo de desenvolvimento endógeno de seu antecessor, pautado na implementação de políticas anticíclicas que priorizaram o consumo das famílias e conseqüentemente impactaram positivamente no setor de investimentos. Neste contexto, os diversos setores do Turismo foram favorecidos por um aumento dos fluxos de viajantes internos e do ponto de vista do turismo internacional, pelo incremento dos fluxos do turismo emissivo e por um significativo avanço no número do turismo receptivo, favorecido pela realização de Megaeventos como a Copa do Mundo de 2014.

No que tange à conturbada política externa implementada no primeiro mandato do Governo Dilma, notou-se, em contradição ao bom momento em que o país vivia na política e na economia internacional e no resultado da organização da Copa do Mundo, uma espécie "tecnificação da diplomacia" e uma perda de presença do país nos organismos supranacionais e nos fóruns internacionais de diálogo.

Já, como desafios ao segundo mandato, observa-se um cenário de queda pronunciada de popularidade, agravada por uma espécie de (des)governança do país, especialmente após os eventos de julho de 2013. Este cenário vem sendo ampliado ainda mais pela opção de política monetária adotada, divergentes à lógica do novo desenvolvimentismo. Nesse sentido, o que esperar dos Jogos Olímpicos de 2016 e da decrescente tendência do Turismo doméstico e do Turismo Internacional emissivo e receptivo, impactados pela queda do ritmo econômico do país? Eis uma incógnita (...).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAUJO, T. B. "Desenvolvimento regional brasileiro e políticas públicas federais no Governo Lula". In: SADER, E. **Lula e Dilma**. São Paulo: FlacsoBrasil, 2013.

BANDEIRA, L. A. M. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: conflito e integração na América do Sul: da Tríplice Aliança ao Mercosul**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

BENI, M. C. **Globalização do Turismo: mega tendências do setor e a realidade brasileira**. São Paulo: Editora Aleph, 2011.

BOITO Jr., A. "As bases políticas do neodesenvolvimentismo". **Fórum Econômico da FGV**. São Paulo: FGV, 2012. Disponível em: <www.eesp.fgv.br>. Acesso em 17/02/2015.

CERVO, A. L. "Sob o signo neoliberal: as relações internacionais da América Latina". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 43, n. 2, 2000.

CERVO, A. L. "Política exterior e relações internacionais do Brasil: enfoque paradigmático". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 46, n.2, 2003.

CERVO, L.; BUENO, C. **História da política exterior do Brasil**. Brasília: UnB, 2002.

CORREA, L. F. S. "A política externa de José Sarney". In: GUILHON, J. A. (org.). **Crescimento, modernização e política externa: sessenta anos de política externa (1930-1990)**. São Paulo: NUPRI, 1996.

DANTAS, S. T. **Política externa independente**. Brasília: FUNAG, 2011.

DINIZ, S. "Acordos internacionais e cooperação nos governos FHC e Lula". **E-legis**, n. 10, janeiro, 2013. Disponível em: <www.elegisbr.com> Acesso em 23/11/2014.

FRANCO, A. C. (org.). **Documentos da Política Externa Independente**, vol. 1. Brasília: FUNAG, 2007.

LANZARINI, R. G. S. "Turismo e políticas de integração regional: PNT (2003/2006) – o primeiro governo Lula". **IV Seminário Nacional sobre Estado e Políticas Sociais**. Cascavel: UNIOESTE, 2009.

LANZARINI, R. G. S. "Turismo e políticas de integração regional: PNT (2007/2010) – o segundo governo Lula". **IV Seminário Nacional sobre Estado e Políticas Sociais**. Cascavel: UNIOESTE, 2009.

LIMA, M. F. P. **Do americanismo ao universalismo: as transformações nas relações internacionais do Brasil de 1902 a 1964**. Dissertação de Mestrado. Brasília: UNB, 2006.

MORAS, L; FILHO, A. S. "Da economia política à política econômica: o novo desenvolvimentismo e o Governo Lula". **Revista de economia política**, vol. 31, n. 4, 2011.

MOURA, G. **O alinhamento sem recompensa: a política externa do governo Dutra**. Rio de Janeiro: FGV, 1990.

MOURA, G. **Relações exteriores do Brasil, 1939-1950: mudanças na natureza das relações Brasil-Estados Unidos durante e após a Segunda Guerra Mundial**. Brasília: FUNAG, 2012.

NETO, H. F. "A política externa independente em ação: a Conferência de Punta del Este de 1962". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 42, n. 2, 2005.

PECEQUILO, C. S. "A política externa do Brasil no século XXI: os eixos combinados de cooperação horizontal e vertical". **Revista Brasileira de Política Internacional**, vol. 51, n. 2, 2008.

PINHEIRO, L. A. **Política externa brasileira, 1889-2002**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2004.

SANCHO, A; IRVING, M. A. "Interpretando o Plano Nacional de Turismo 2003/2007 sob a ótica da inclusão social". **Caderno virtual do Turismo**, vol.10, n.3, 2010.

SICSÚ, J; PAULA, L. F; RENAUT, M. (orgs). **Novo desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social**. São Paulo, Manole: 2005.

SOUZA, M. L. **O desafio metropolitano: um estudo sobre as problemáticas socioespaciais nas metrópoles brasileiras**. Rio de Janeiro: Bertrand, 2000.

VIGEVANI, T; CEPALUNI, G. "A política externa de Lula da Silva: a estratégia da autonomia pela diversificação". **Contexto Internacional**, vol. 29, n. 02, julho, 2007.

VIGEVANI, T; OLIVEIRA, M. F.; CINTRA, R. "Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração". **Revista Tempo Social**, vol.15, n. 02, 2003.

VILLA, R. D. "Política externa do governo Lula: continuidades e rupturas". **Revista ADUSP**, maio de 2005.

WILLIAMSON, J. "No hay consenso". **Finanzas & Desarrollo**, Septiembre, 2003. Disponível em: <www.imf.org> . Acesso em 11/02/2015.

SOBRE OS AUTORES

SOBRE OS AUTORES



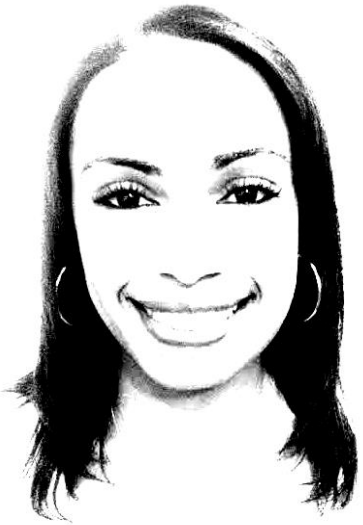
Reinaldo Miranda de Sá Teles é Professor Associado da Escola de Comunicações e Artes (ECA/USP) e do Programa de Mestrado em Turismo da Escola de Artes Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo (EACH/USP). É Livre-Docente pela Universidade de São Paulo (ECA/USP). Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação, Turismo e Lazer (ECA/USP) e Bacharel e Licenciado em Geografia pela Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

SOBRE OS AUTORES



Vitor Stuart Gabriel de Pieri é Professor Adjunto do Departamento de Turismo da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (DTur/IGeog/UERJ). Pós-Doutor em Turismo pela Universidade de São Paulo (ECA/USP), Doutor em Geografia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), Mestre em Relações Internacionais pela Universidade de Bolonha - Itália, Mestre em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais pela Escola Nacional de Ciências Estatísticas (ENCE/IBGE), Bacharel em Lazer e Turismo pela Universidade de São Paulo (EACH/USP) e Bacharel e Licenciado em Geografia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

SOBRE OS AUTORES



Fabiana de Oliveira é Professora Adjunta da Universidade Paulista (UNIP). Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Paulista (UNIP), Mestre e Doutorando em Integração da América Latina pela Universidade de São Paulo (PROLAM/USP). Pesquisadora do Centro para Estudos em Geopolítica e Relações Internacionais (CENEGRI).

COLEÇÃO

Comunicação & Políticas Públicas

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

O Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS), da Universidade Federal de Roraima (UFRR), está à frente do selo coleção "Comunicação & Políticas Públicas" e recebe propostas de livros a serem publicados em fluxo contínuo em qualquer período.

O texto deverá ter uma extensão de no mínimo de 40 laudas e no máximo 90 laudas configuradas obrigatoriamente em espaçamento 1,5, letra Times New Roman e tamanho de fonte 12. Todo o texto deve seguir as normas da ABNT.

Os elementos pré-textuais como dedicatória e agradecimento não devem constar no livro. Os elementos pós-textuais como biografia do autor de até 10 linhas e referências bibliográficas são obrigatórios. As imagens e figuras deverão ser apresentadas em arquivos separados, de maneira que ao longo do texto do livro sejam apenas indicados os espaços onde serão inseridas. As imagens deverão ser nomeadas e numeradas conforme os espaços indicados no texto.

A submissão do livro deverá ser realizada por meio do envio online de arquivo documento (.doc) em Word for Windows 6.0 ou versão mais recente. O autor ou autores devem encaminhar para o e-mail nupsbooks@gmail.com três arquivos: a) formulário

de identificação do autor e da obra, b) livro com sumário no formato Word for Windows 6.0 ou versão mais recente, e, c) via escaneada de carta de autorização assinada pelo (s) autor (es) atestando que cede(m) seus direitos autorais da obra para a editora da Universidade Federal de Roraima.

COLEÇÃO COMUNICAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS

ENDEREÇO DE CORRESPONDÊNCIA

Coleção "Comunicação & Políticas Públicas"

Núcleo de Pesquisa Semiótica da Amazônia (NUPS)

Universidade Federal de Roraima (UFRR)

Campus Paricarana

Bloco 1. Sala 179. Av. Cap. Ene Garcez, n. 2413.

Bairro Aeroporto. Boa Vista, RR.

☎ + 55 (95) 981235533 / ✉ nupsbooks@gmail.com

www.livroeletronico.net